

Gazeta das Caldas

Recortes
da
República



Recortes da República

Custódio Maldonado Freitas

Por: Carlos Querido
carlos_mq@hotmail.com



■ Destaque da fotografia de Maldonado Freitas

Iniciado na loja maçônica Fraternidade, de Óbidos, com o nome simbólico de Galeno, sábio da antiguidade com vasta obra sobre medicamentos, Custódio Maldonado Freitas, farmacêutico, republicano, emerge como uma das figuras mais poderosas da região após o triunfo da revolução de 1910.

Entre os cargos que ocupa, destacam-se a presidência da comissão administrativa do Hospital, a presidência da comissão administrativa da câmara, e as funções de administrador do concelho.

Na primeira nomeação para este último cargo, enfrenta críticas implacáveis na imprensa regional, particularmente em *O Círculo das Caldas*, de 20 de Fevereiro e de 2 de Abril de 1911, afirmando o semanário caldense, sob a epígrafe «*Uma infâmia*», ter prescindido de se manifestar contra a nomeação «[...] pela convicção em que estávamos e estamos, de que a nova auctoridade tem qualidades de

nisar as divergências ali existentes, para o que não lhe falta competência».

Permanece em funções até ao mês de Julho, mas regressa dois anos depois com o apoio incondicional de *O Defensor*, que na edição de 22 de Fevereiro de 1914 lamenta o seu pedido de exoneração: «*Administrador do concelho. Segundo informações que temos, o cidadão Maldonado Freitas vai pedir a sua exoneração d'este cargo que tão proficiente e imparcialmente tem exercido com satisfação para os correligionários e admiração para os adversários políticos [...]».*

Custódio Maldonado Freitas esteve ligado a três publicações caldense republicanas, tendo sido administrador do *Direito do Povo* (publicado entre 20 de Novembro de 1910 e 22 de Janeiro de 1911)¹, colaborador assíduo de *O Defensor* (publicado entre 1913 e 1925), director, proprietário e editor de *O Regionalista* (publicado entre 1920 e 1925), para além de intervenções esporádicas em periódicos da região, como aconteceu sob o pseudônimo de Galeno, em vários números do *Leiria Ilustrada* (edições de 14 e 28 de Outubro e 11 de Novembro).

Face à brevidade da vida do *Direito do Povo*, é nas páginas de *O Defensor*, que Custódio Maldonado Freitas encontra apoio indefectível e solidário, desde o primeiro número até à suspensão da publicação em 17 de Julho de 1923.

Neste semanário caldense transparece por vezes enorme admiração pelo chefe republicano, traduzida em prosa deslumbrada, como esta que se colhe da edição de 7 de Dezembro de 1913: «[...] Por entre as figuras mais em foco na campanha eleitoral divisava-se o perfil insinuante e grato de Maldonado Freitas. Tornando a palavra iniciava um belo gesto, com verbosidade cuidada e elegante, um discurso difícil de acompanhar. Burlando a frase aqui e ali, procurando sinônimos tendentes a fazer-se compreender aos cerebros menos cuidados [...]».

Frontal, por vezes truculento, não foi nem quis ser uma figura consensual.

Não esquecia afrontas, nem virava a cara ao confronto, como se vê na interpelação feita na primeira página de *O Defensor*, de 28 de Junho 1914:

«Ao editor do jornal O Radi-

cal de Leiria. Como colaborador do jornal 'O Defensor', venho por este meio, convidar o sr. editor do jornal 'O Radical', de Leira, a dizer-me se as palavras 'escrocs' e 'gatunos' inseridas num eco publicado no seu jornal com a epígrafe 'Canalha', no numero 25 do corrente, me dizem respeito [...]».

Republicano e anticlerical, frequentemente acusado de radicalismo pelos seus inimigos, na imprensa da época surgem aqui e além referências a um espírito independente, capaz de procurar e de prosseguir o seu próprio caminho.

Em crónica publicada na edição de 5 de Setembro de 1912, com o sugestivo título «*Freitas espiritual*», *O Radical* satiriza a agitada independência do farmacêutico: «[...] O nosso Freitas [...] acaba de declarar, por meio da tuba canora da imprensa, que não está filiado em partido algum. O seu espírito rebelde esvoaça na atmosfera limpida e serena dos grandes ideias, disposto a só poiar, temporariamente, semelhante à pomba sagrada, sobre aquele partido que moralise e saneie a administração e economia das Caldas [...]».

Numa carta dirigida ao director do *Leiria Ilustrada*, publicada em 31 de Agosto de 1912, Custódio Maldonado Freitas explica assim as razões da sua independência: «[...] Não queremos empregos e por isso não nos submeteremos a esta ou aquela po-

litica. Será com o nosso trabalho e esforço profissional que haveremos de garantir o nosso futuro, não mendigando votos para em recompensa recebermos um emprego ou favor á custa dos cofres da Nação [...]».

Chegado ao governo em Janeiro de 1915, o General Pimenta de Castro adia as eleições e encerra o parlamento, defrontando-se com descontentamentos que hão-de culminar na insurreição de 14 de Maio, com centenas de mortos.

No dia 14 de Maio, *O Defensor*, na primeira página da edição de 2 de Maio, com letras garrafais e foto de Maldonado Freitas, sob o título «*A obra da ditadura*», dá notícia indignada de uma prisão: «Consumou-se a infâmia [...]». A farmácia e casa de residência de Maldonado Freitas, o inquebrantável republicano de alma e mãos limpas, a quem estas terras tanto devem, foram assaltados no intuito de o assassinar e roubarem. E enquanto ele e o seu correligionário José dos Santos Germano se encontram presos no Limoeiro, o bando de facínoras, autor dos assaltos continua à solta, espancando e maltratando todos os que nesta vila tem a coragem de se dizerem republicanos [...]».

Na segunda página, o mesmo jornal enaltece o prisioneiro: «[...] O Maldonado Freitas é alguém. Mesmo até por o ser é que a ditadura, por intermédio dos seus servidores, o mimoseu com o

assalto a casa e o atentado, felizmente frustrado, á vida [...]. Saudamos mais uma vez o amigo querido e o batalhador indomável [...]».

Na mesma edição, relatam-se os factos ocorridos em 2 de Abril. Tudo se precipitou, afinal, por causa de uma procissão:

«Há já bastantes anos, ainda antes da proclamação da República, que em Caldas não se realizavam procissões [...]. Os sócios da delegação caldense da Associação do registo Civil, de que Maldonado Freitas era presidente, enviaram ao administrador do concelho² um ofício [...] protestando contra o facto e recomendando o cumprimento dos artigos 57.º e 58.º da lei separatista do estado e das Egrejas. Aquela autoridade, grosseiramente, sem respeito pelo seu cargo nem pelas crenças dos seus administrados que não consumavam na mesma ordem de idéias, respondeu com outro, espunhando ameaças que os republicanos acolheram com o desprezo absoluto [...]. Cerca de meia hora depois da procissão recolher [...] uns correligionários nossos que se encontravam na Praça da República eram provocados e agredidos. Dali a correram em massa á residência de Maldonado Freitas aos gritos de "Mata-se", "faz-se em pedaços", "atira-se da janela abixo", misturados com insultos avinhados, foi um instante [...]».

Pelo meio, há notícia de pe-



■ Fotografia feita em frente da casa de Francisco Grandela, na Foz do Arelo, publicada na Ilustração Portuguesa, n.º 321, de 15.04.1912, acessível no site "hemerotecadigital".

Recortes da República

Joaquim Manuel Correia

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Nasceu no concelho do Sabugal, mas a revolução de 1910 vem encontrá-lo na vila das termas, com banca de advogado e militância republicana.

Joaquim Manuel Correia, figura prestigiada na região, aclamado nos Paços do Concelho no dia seguinte ao da implantação da República, assume de imediato as funções de administrador do concelho, e no dia 7 de Outubro divulga um documento notável, de apelo à serenidade e à tolerância.

Trata-se de um edital afixado «na séde de todas as freguesias rurais», que *O Círculo das Caldas* publica na edição de 11 de Outubro de 1910.

Rezava assim no seu início: «*Joaquim Manuel Correia, administrador d'este concelho, imerecidamente aclamado honrem nos Paços do Concelho desta villa, pede a todos os cidadãos do mesmo concelho que cooperem digna e honestamente para a consolidação da República Portuguesa, que no dia 5 do corrente foi implantada no País, dando exemplo de cívismo e de cordura [...] que ponham de parte paixões e odios, para apenas pensarem no bem da Patria, que se há de traduzir no bem comum [...]*».

Segue-se a legitimação do novo regime, como consequência e imperativo da razão e dos novos tempos: «[...] Émister que triunphe a razão e que se preste culto e homenagem aos homens de ciencia, aos operários do progresso e ás conquistas da civilização [...]».

A ilegitimidade do poder monárquico é denunciada como uma evidência: «[...] Seria injustiça para todos os cidadãos d'este concelho julgalos tão cegos e ignorantes que ainda acreditassesem que os reis administrarem os povos em nome de Deus. Isso acabou. [...] A velha monarchia que em tempos remotos teve razão de existir, quando os heroes adquiriram o sceptro com as armas na mão, dirigindo os povos, não se comprehende já no estado actual da civilização [...]».

Na crítica à monarquia, o novo administrador do concelho recua apenas um século, com referência a feridas recentes e desvalorização das liberdades emergentes do liberalismo: «*D. João VI fugiu precipitadamente para o Brasil, deixando-nos entregues ás armas de Napoleão; e seus filhos depois, aparentan-*

do patriotismo, converteram o País n'um vasto campo de batalha, ateando a guerra civil de tão tristíssima memória, d'onde resultaram apenas simuladas liberdades [...]».

No meio do texto, a convicção do autor, na tolerância religiosa do novo regime: «[...] O Governo da República certamente há-de respeitar as crenças de todos, e o velho princípio, de que se deve 'dar a Deus o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar' [...]».

No final, a saudação da pátria republicana: «*Saudemos com amor o nosso velho Portugal que sempre tem sido dos Reis e d'ora avante há de ser dos portuguezes. [...]*»

A acta de aclamação do primeiro administrador republicano do concelho, subscrita por várias dezenas de cidadãos caldense, será mais tarde publicada no semanário *Direito do Povo*, na edição de 8 de Janeiro de 1911.

A sua condição de republicano histórico vem certificada na última edição do referido semanário, de 22 de Janeiro de 1911, onde são publicados os nomes dos aderentes ao Partido Republicano, antes e após a revolução de 1910.

Na lista dos que militavam na república ainda no tempo da monarquia, lá figuram, entre muitos outros, Albino Antunes de Castro, António Duarte Angélico, António Gomes Mafra, António Paulo Rodrigues, Avelino António Soares Belo, Arthur d'Almeida Leitão, Custódio Maldonado Freitas, Eduardo Gonçalves Neves, Francisco d'Almeida Grandella, Francisco da Silva Laideira, Herculano Elias, João Duarte Angélico, Manuel Querido Branco e João António Duarte.

Nos dias que se seguiram à sua aclamação, Joaquim Manuel Correia vai encontrar a feroz oposição de João António Duarte, editor e proprietário do semanário *Direito do Povo*, que exige a suspensão de todos os funcionários da câmara, selagem de todos os arquivos e imediata sindicância das gestões anteriores, proposta que merece a frontal discordância do novo administrador «*receando ferir inocentes*», como refere S. P. Danton¹, em *A Questão Política nas Caldas da Rainha*.

Viviam-se tempos agitados, e a voz serena, moderada e pacificadora de Joaquim Manuel Correia, não resiste ao confronto.

to com o sector radical do Partido Republicano caldense.

Na edição de 10 de Novembro de 1910, *O Círculo das Caldas* noticia a derrota e o afastamento de Joaquim Manuel Correia: «*Em virtude de profundas dissidências que existem no partido republicano local, dissidências muito acentuadas na sessão da comissão municipal efectuada no dia 2 do corrente, e na reunião que teve lugar na sexta-feira ultima no Centro Cândido dos Reis, pediu a demissão do cargo de administrador do concelho o nosso amigo sr. dr. Joaquim Manuel Correia, presidente da referida comissão. O ilustre cidadão deixou também o cargo de presidente da câmara. [...]*».

Apesar do triunfo da República, continuava actual o velho aforismo monárquico «rei morto, rei posto», e logo na edição de 19 de Novembro de 1910, *O Círculo das Caldas* noticiaava a posse do novo administrador: «*Conforme foi anunciado, tomou no dia 11 do corrente, posse na séde do distrito, do logar de administrador do concelho, o cidadão Arthur Leitão, uma das figuras de mais preponderância do partido republicano português. [...]*».

Para o lugar de presidente da comissão administrativa da câmara, também deixado vago pelo afastamento de Joaquim Manuel Correia, ascenderia o seu adversário, presidente da Comissão Paroquial Republicana, João António Duarte.

O advogado do Sabugal, que por razões familiares fixara residência na vila termal, afasta-se definitivamente da actividade de política, e assume o lugar de Conservador do Registo Civil do Distrito de Leiria, como noticia *O Círculo das Caldas* na edição de 2 de Abril de 1911: «*N'um dos dias da semana ultima, tomou posse do logar de conservador do registo civil em Leiria, o nosso particular amigo, sr. dr. Joaquim Manuel Correia, republicano de velha data que ocupava n'esta villa o cargo de presidente da comissão municipal republicana na occasião em que foram proclamadas as novas insituições. [...]*».

Na hora da despedida, o *Círculo das Caldas* não poupa elogios ao primeiro presidente da câmara e administrador do concelho na era republicana: «*[...] um carácter de eleição, muito honesto e trabalhador, conquis-*

tou nas Caldas, onde perto de 8 anos exerceu a advocacia, a simpatia geral [...] apreciado e querido por amigos e adversários. [...]».

O semanário *Leiria Ilustrada*, na edição de 25 de Março, dá destaque ao novo conservador distrital, e noticia a sua transferência para Leiria: «*[...] o dr. Joaquim Manuel Correia fixará na proxima semana a sua residencia n'esta cidade com a sua família. [...]*».

Não se confirma a mudança de residência, e contra esse facto se insurgue o semanário leiriense *O Radical*, que na edição de 7 de Setembro de 1911 ataca o conservador em tom injurioso, exigindo-lhe «*mais respeito pela lei, isto é, que fixe residência nesta cidade, que não passe por aqui como cão por vinha vindimada. [...]*».

Sentindo-se injuriado, Joaquim Manuel Correia responde ao jornal leiriense, em carta que este se recusa a publicar, e que na edição de 14 de Setembro jocosamente qualifica como «*maior ainda que a légoa da Póvoa. [...]*».

Na mesma edição, *O Radical* afirma que não visava ofender o conservador com a expressão utilizada, e sugere que se transfira para a sede do distrito a banda da Guarda Republicana das Caldas «*ficando assim certos de que S. Exa., como apreciador da referida Banda que é, se resolva a vir até aqui e demorar-se mais algum tempo. [...]*».

O conservador persiste em manter a residência na vila termal, sendo alvo de novo ataque do semanário leiriense *O Radical*, na edição de 19 de Outubro de 1911, que contesta a sua ausência e insiste que no exercício das suas funções o conservador distrital «*tem por obrigação residir na capital do distrito. [...]*».

Em carta de 9 de Maio de 1912, publicada em *O Leiriense*, na



■ Capa e viola do estudante de Direito de Coimbra, Joaquim Manuel Correia, patente ao público na exposição comemorativa dos 150 anos do seu nascimento, no Museu Municipal do Sabugal - Autoria: Capeia Arraiana.

edição de 11 de Maio, Joaquim Manuel Correia informa ter requerido a exoneração do cargo, e despede-se de todos os amigos e antigos funcionários a quem oferece «*[...] a sua casa e humilde préstimo nas Caldas da Rainha. [...]*».

Fiel à palavra dada, mantém-se distante da política activa, mas próximo da vida cultural e dos interesses da vila, surgindo em 1925 no núcleo das dez personalidades fundadoras do jornal *Gazeta das Caldas*.

No jornal que ajudou a fundar, em crónica publicada na edição de 14 de Outubro de 1928, é afectuosamente homenageado por Luiz Teixeira, que o define como «*orientador e figura central*» dos republicanos caldense «*ainda e felizmente vivo e cheio de mocidade no espírito e no coração. [...]*».

Discretamente, na cidade que escolheu para viver, morre em 10 de Outubro de 1945.

Nas edições que se seguem a esta data, não encontramos qualquer referência na *Gazeta das Caldas* à grande figura cívica e política, que foi um dos seus

fundadores.

Para a história, Joaquim Manuel Correia deixará também vasta obra sobre as gentes e as terras raianas.

Para terminar, uma curiosidade: o primeiro administrador republicano do concelho de Caldas da Rainha é hoje recordado como «*um esquecido vulto da Canção de Coimbra*»², tocando com frequência nos tempos de estudante, em serenatas na Alta de Coimbra, com a guitarra que se vê na imagem que acompanha este texto, com que chegou a acompanhar a mítica voz de Augusto Hilário.

(Footnotes)

¹ Pseudónimo de Sérgio Joaquim Príncipe, redactor principal nos primeiros números do semanário *Caldense*

² Defensor, na tese inquestionavelmente lógica de João B. Serra,

in Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911.

² Blogue *Guitarra de Coimbra* - <http://guitarracoimbra.blogspot.com/>

Recortes da República

João António Duarte

Por: Carlos Querido
carlos_mq@hotmail.com

Reza a acta publicada na edição do *Direito do Povo*, de 8 de Janeiro de 1911: «*Aos seis dias do mez d'Outubro, de mil novecentos e dez, pelas duas horas e meia da tarde, n'esta administração do concelho, chegou acompanhado de grande numero de cidadãos desta villa de Caldas da Rainha, o cidadão Joaquim Manuel Correia [...]*».

Aclamado administrador do concelho, Joaquim Manuel Correia, também presidente da comissão administrativa camarária, defronta-se com o líder da facção radical dos republicanos caldense, João António Duarte, presidente da comissão paroquial republicana e vogal da referida comissão.

Do confronto, emerge como vencedor João António Duarte, após o afastamento de Joaquim Manuel Correia, que *O Círculo das Caldas* de 10 de Novembro de 1910 noticia como consequência «[...] de profundas dissidências que existem no partido republicano local, dissidências muito acentuadas na sessão da comissão municipal efectuada no dia 2 do corrente, e na reunião que teve lugar na sexta-feira ultima no Centro Cândido dos Reis [...]».

Um mês depois, na edição de 8 de Dezembro, *O Círculo das Caldas* descreve a festiva inauguração da bandeira, solenemente desfraldada por João António Duarte «n'uma das janelas do edifício municipal», na Praça da Repúblca.

João António Duarte não era um desconhecido na vila termal, tendo sido fundador dos jornais *O Círculo das Caldas*, e *Direito do Povo*, este último publicado pela primeira vez em 20 de Novembro de 1910, onde figurava como editor e proprietário.

Em crónica publicada no semanário *Leira Ilustrada*, edição de 18 de Março de 1911, sob a eloquente epígrafe «*Doido, vingativo e mau*», Adriano Teixeira Pinto pinta um quadro dramático deste político caldense.

O correspondente do semanário leiriense começa por referir os elevados cargos que João António Duarte acumulava na época: «[...] vamos fornecer aos leitores algumas informações sobre o homem eminentemente que nesta vila acu-



■ Portão da Quinta de S. João dos Casais da Ponte, que pertenceu a João António Duarte

mula os cargos de Presidente da Câmara, Administrador do Concelho e Juiz substituto, em exercício nos impedimentos do Juiz de Direito [...]».

Segue-se uma implacável síntese biográfica: «[...] No ano de 1891, fundou-se nesta vila um centro republicano. A este centro pertencia o republicano histórico João António Duarte, que pouco tempo depois deixou de ser republicano, para se ir filiar no partido progressista, tornando-se neste partido um emérito galopim eleitoral durante 15 anos. Reconhecendo os seus correligionários a sua monomania do mando, recompensaram-lhe os serviços eleiçõeiro com o cargo de vereador d'uma câmara progressista. Em breve tentou fazer toda a casta de disparates que os seus colegas de vereação não aprovaram, motivo por que teve de sair da vereação. Foi tal o desgosto que sofreu, por se ver fora do lugar que lhe lesionava a vaidade, que lhe deu volta o cerebro, a ponto de ter de ser internado no Hospital de Rilhafóis, como se prova pela certidão que passamos a publicar. [...]»

Após a transcrição do documento, emitido em 14 de Agosto de 1908, onde se certifica o internamento entre 14 de Outubro de 1905 e 2 de Abril de 1906, segue-se a inevitá-

vel conclusão: «[...] Como os leitores veem os cargos acima referidos não podem estar mais bem entregues! E realmente o descontentamento geral, e a indignação em que todo este povo se encontra pelas represalias, arbitrariedades e perseguições que no desempenho destes cargos ele tem exercido, não tem razão de ser. É realmente um povo custoso de contentar, quando deviam dar graças ao diabo, por nos ter brindado com tão grande patriota, que tão bom nome dá á nossa terra [...]».

Para o correspondente do jornal leiriense, a conduta da autoridade caldense legitimava a sublevação popular, que lança o caos na morna vila termal: «[...] não ha meio de lhe fazer compreender que se o povo se revolta e lhe vai apedrejar a casa, como já lhe fizermos por duas vezes, é porque ele, fora da lei, prende sem o mínimo motivo quem lhe apetece, sem que possa justificar a razão porque prende os cidadãos, e os entrega ao poder judicial, e faz processar dois republicanos [...]».

E o que fizeram os dois partidos republicanos, onde, aparentemente, se inclui o cronista?

Para acalmar o povo amotinado, na ausência do administrador sugeriram aos polícias que restituíssem à liberdade três cidadãos presos: «[...] ao

presenciarem a justa indignação do povo desta vila, que em numero aproximado a 500 pessoas ia violentamente assaltar a esquadra da polícia e destruir tudo o que encontrasse, pondo em liberdade 3 inofensivos cidadãos que arbitrariamente tinham sido á sua ordem presos [...]». O administrador causador de tudo isto, fugiu e não mais o vimos, razão porque o pedido que lhe faríamos o fizemos aos tres polícias que se nos atenderam, e porque viram que não podiam resistir ás violências de 500 pessoas amotinadas [...] espontaneamente abriram a porta da esquadra, deixando sair os presos, único meio com que se conseguiu socegar o povo [...]».

S. P. Danton¹, em *A Questão Política nas Caldas da Rainha*, confirma os dois apedrejamentos da residência de João António Duarte, mas atribui-lhes outras causas: o político republicano preconizava uma sindicância às vereações anteriores a 5 de Outubro, tendo o director do Hospital, Augusto Cymbron, exibido aos descontentes «um documento selado onde se dizia que João António Duarte era um alienado, que a benevolência de Miguel Bombarda tinha condicionalmente soltado do seu manicómio».

O grande conflito político caldense vem a travar-se en-

tre o histórico centro republicano Almirante Reis e o recente e concorrente centro Miguel Bombarda, onde se agrupam republicanos dissidentes e antigos monárquicos aderentes ao regime, desprazados e designados por adesivos.

O autor da *Questão Política* lamenta que João António Duarte, um dos mais radicais republicanos da vila, histórico do centro Almirante Reis, se tenha aproximado do centro

Miguel Bombarda, tornando-se, vovidos dois meses «o mais dilecto e amigo de Cymbron e de todos os outros que accusou publicamente».

Como causa da mudança, invoca um único argumento: «Razão havia para o alcunhar de doido, e realmente bem doido».

Emocionalmente instável, por vezes agressivo, o comportamento de João António Duarte tinha sido notícia anteriormente no *Leira Ilustrada*, que informava na edição de 7 de Janeiro de 1911: «[...] Que o presidente da câmara municipal agrediu violentamente, o presidente actual da junta de paroquia em sua própria casa [...] Que este cavaleiro é uma adesivo de última hora, pois que sempre esteve nas boas graças dos cíquicos monárquicos a quem auxiliou nas ultimas eleições [...]».

Proprietário abastado, dono da Quinta da Loira (vendida nos anos quarenta) e da Quinta de S. João, nos Casais da Ponte, passou os últimos anos da sua vida embrulhado num capote, sentado em frente do portão da Quinta de S. João (imagem que acompanha este texto), de acordo com a memória e o testemunho de dois vizinhos que ainda o conheciam, José Gomes dos Santos e António Casimiro do Coito.

Republicano histórico, fundador de dois jornais, vereador antes e depois da mudança de regime, líder eleito pelos seus pares, João António Duarte poderá ter sido um homem brilhante, mas os testemunhos que nos chegam, recortados dos jornais, vêm de um tempo conturbado por paixões e ódios políticos.

Talvez por isso não lhe falam justiça. Não há justiça sem serenidade.

(Footnotes)

¹ Pseudónimo de Sérgio Joaquim Príncipe, redactor principal nos primeiros números do semanário *Caldense*

O Defensor, na tese inquestionavelmente lógica de João B. Serra, in *Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911*, como já se referiu em crónica anterior.

Recortes da REPÚBLICA

Avelino António Soares Belo

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)



Fotografia de Avelino Belo

Em crónica publicada na *Gazeta das Caldas* de 14 de Outubro de 1928, Luiz Teixeira inclui Avelino Belo entre «...as figuras humildes, obscuras e modestas dos homens que lançaram no terreno aparentemente estéril das Caldas, a semente da ideia republicana [...].»

Nascido em Aveiro, vem para a Foz do Arelho com a idade de onze anos, e um talento que já se revelava no miúdo que aos treze iria trabalhar com o grande Rafael.

O semanário *O Progresso*, na edição de 15 de Maio de 1947 integra Avelino Belo «...entre os aluninhos que se revelaram artistas e se notabilizaram depois nos vários sectores da Arte [...]», formados na Escola de Desenho Industrial Rainha D. Leonor, que se tornaria Escola Industrial e Comercial Rafael Bordalo Pinheiro, em homenagem ao Mestre que, ainda no tempo da instalação «nos baixos dos Paços do Concelho», regia a oficina de pintura vidreira.

A implantação da República vem encontrar Avelino Belo entre os tais militantes anónimos e es- quecidos de que fala Luiz Teixeira, frequentadores de «cornícios, reuniões clandestinas», algumas realizadas na barbearia de José de Abreu, movidos, na versão do cronista, por «idealismo sincero, entusiasmo e confiança absoluta na semente da ideia republicana [...].»

Cerca de um mês após a revolução, nasce o semanário republicano *Direito do Povo*, publicado entre 20 de Novembro de 1910 e 22 de Janeiro de 1911, no qual assume o papel de director, sendo proprietário João António Duarte e administrador Custódio Maldonado Freitas.

Dez edições depois, Maldonado Freitas sai, invocando motivos

particulares, Avelino Belo acompanha-o, e na nota publicada na última edição do jornal, há ironia e desagrado: «... Do sr. Custódio Freitas recebeu a Comissão Executiva do Partido Republicano uma carta, em que declina o cargo de administrador d'este jornal, evocando motivos respeitaveis da sua vida particular. Não sabemos se pelos mesmos motivos particulares do sr. Freitas, o sr. Avelino Be-

lo, que figurava como director d'esta folha, acompanhava o administrador na sua resolução. A Comissão, aceitando a exoneração dos dois, espera que a futura Comissão Municipal delibere quanto ao destino d'este semanário [...].»¹

Enquanto director do *Direito do Povo*, Avelino Belo mantém no jornal uma crónica com o título «Límano», sob o pseudónimo Baal.

A identidade do ceramista revela-se na edição de 8 de Janeiro de 1911, num texto que assina com o referido pseudónimo, onde refere as circunstâncias em que alegadamente foi ferido à traição pelo correspondente de *O Mundo* e de *O Século*: «... estava eu na fabrica sentado á meza do trabalho, muito distraido com a obra para que saísse perfeita [...].»

Na mesma crónica, o ceramista caldense restringe a sua ambição a «... viver no socego da officina com a arte [...] sem estar á ordens de ninguém nem ter que dar satisfação a qualquer figurão [...].»

No que respeita às funções que exerce no jornal e ao facto de o seu antagonista o acusar de inve-

ja, declara: «... não tenho pois, pretensões a jornalista para que lhe inveje a situação. A minha, neste pequeno semanário, foi a muitas instâncias de amigos partidários, porque nem mesmo aqui quero estar, quanto mais na dele: a minha vida é outra [...].»

No que concerne ao objectivo da sua luta e à motivação dos textos que escreve, afirma, para que não restem dúvidas: «... Mas o que lhe prometo é que, enquanto aqui estiver, embora como um soldado d'esses batalhões de populares armados de foices, forcados e caçadeiras; assim mesmo, sem instrução, combaterei contra os falsos partidários [...].»

Este ressentimento, comum aos militantes mais destacados do centro republicano caldense Almirante Cândidos dos Reis, já Avelino Belo o tinha expressado na sua coluna de 27 de Novembro de 1911: «... tínhamos dificuldades em arranjar casa para o Centro, porque até n'isso eramos guerreados. Perdiamos muito tempo, dinheiro e trabalho para mantermos as nossas comissões republicanas, e quem sabe ... talvez o nosso fim seja, segundo as contas que quardilheiros fazem de tomar posse das comissões e de nos atirarem para o lixo [...].»

Não eram infundados os receios do ceramista caldense, republicano de sempre. Um novo agrupamento iria surgir na vila termal, e afirmar-se nas estruturas políticas da época, mercê dos nomes sonantes que congregava, superando a influência do velho centro Almirante Reis. Mas essa é matéria para outra crónica.

Por influência do seu amigo Sebastião de Lima, Francico d'Almeida Grandella abandona o centro republicano histórico fundado em 1906, para se jantar, com monárquicos convertidos e republicanos moderados, no centro Miguel Bombarda, inaugurado com pompa, circunstância e presença de figuras republicanas nacionais, como José de Castro, França Borges e Tomás da Fonseca, notícia a merecer horas de destaque na

primeira página de *O Mundo* de 13 de Março de 1911.

Adriano Teixeira Pinto, correspondente do *Leiria Ilustrada*, adere ao Partido Republicano depois da proclamação da República, de acordo com a lista publicada no *Direito do Povo* de 22 de Janeiro de 1911, torna-se associado do Centro Almirante Reis, e pede a sua demissão numa agitada reunião realizada em 27 de Fevereiro de 1911 e relatada na edição de 4 de Março do jornal leiriense.

Nas edições de 8 e 15 de Abril, visando particularmente Custódio Maldonado Freitas, o correspondente do *Leiria Ilustrada* desencadeia um violento ataque ao Centro Almirante Reis, com severas críticas aos seus líderes, a quem imputa a responsabilidade pelas divergências entre os republicanos da vila termal: «... desarmaria política que tem havido e continuará a haver n'esta vila, em quanto os verdadeiros causadores, bem conhecidos e desmascarados, não forem corridos á batatada, o que talvez se realize na proxima colheita, que deve ser lá para Junho ou Julho próximos [...].»

No dia 24 de Maio de 1927, pôr termo à vida.

Na edição de 29 de Maio, a *Gazeta das Caldas* faz eco da consternação que percorre a vila: «... chegou-nos a desoladora notícia de que aquele nosso amigo pusera termo à existência. É com profunda mágoa que damos esta notícia, pois nutrimos por Avelino Belo grande amizade [...].»

Na mesma edição, sob o título «As últimas palavras dum artista», é publicado um texto de Avelino Belo, datado de 22 de Maio, onde comenta uma conferência dada por Luiz Teixeira sobre a cerâmica caldense.

Um ano depois, a *Gazeta das Caldas* volta a homenagear o ceramista, numa crónica publicada em 3 de Junho de 1928, que em tom dramático reza assim no seu início: «Faz hoje, 24 de Maio, um ano que se enfocou Avelino Belo...».

Para a história, mais do que a actividade política do republicano de sempre, ficou a obra do ceramista.

A arte prevaleceu sobre a política, e talvez Avelino Belo tenha desejado resumir a sua biografia nas palavras simples gravadas na esfera armilar que adoptou por emblema: «Avelino António Soares Belo, Olleiro, Modelador e Esmalteiro».

(Footnotes)

¹ O *Direito do Povo* não voltará a ser publicado após a saída de Avelino Belo e Maldonado Freitas.

² É Iapso manifesto. Carlos Cândido dos Reis nasceu em Lisboa, e apenas o seu pai, António Reis era caldense. A Comissão Administrativa na sessão extraordinária permanente de 7 a 10 de Outubro de 1910, refere-se ao almirante como um «grande homem filho adoptivo desta terra».



Marcas de artesão utilizadas por Avelino Belo

Por falha técnica na edição da semana passada de "Os Recortes da República" ocorreu uma sobreposição de uma imagem em relação a parte do texto, o que tornou ininteligível em certas passagens. Por esse facto, repetimos a sua publicação nesta edição e pedimos desculpa ao autor e aos leitores.

Igualmente alguns leitores fizeram saber que gostariam também de poder ter acesso ao referido texto no nosso site na internet. Por essa razão, iremos colocar de imediato os mesmos textos nessa plataforma informativa.

Recortes da REPÚBLICA

Francisco Maria Sebastião de Lima

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Notário e escrivão, figura social e politicamente relevante na vila termal antes e depois da implantação da República, Sebastião de Lima foi a personalidade mais atacada na curta vida do semanário *Direito do Povo*, que na edição de 25 de Dezembro de 1910 recorda o seu passado monárquico, como destacada figura do partido de Hintze Ribeiro, chamando-lhe «antigo e pomposo chefe do partido regenerador», e reproduzindo um artigo de *O Século*, de 10 de Agosto do mesmo ano: «[...] Em casa do sr. Sebastião de Lima, chefe local da política regeneradora, houve hontem uma reunião de propaganda eleitoral, a que presidiu o sr. Alípio Camelo [...]. Falaram, alem do presidente [...] os srs. dr. Augusto Cymbron e Sebastião de Lima [...]».

Na edição de 18 de Dezembro de 1910, o *Direito do Povo* porta-voz do centro republicano caldense Almirante Cândido dos Reis³ explica a razão da inimizade, atribuindo-lhe o estatuto de «adesivo» aderente ao centro concorrente: «[...] O sr. Sebastião de Lima, elevada personalidade de 1,75 m, pelo menos, foi proposto para sócio do centro (Miguel Bombarda) pelo sr. Gonçalves Neves, a quem fez declarações de desinteresse patriótico: nada aceitava do centro aderência de alma e covação à República «[...]».

Na edição de 11 de Dezembro, o jornal republicano caldense faz uma análise crítica, relativamente suave, dos elementos que integravam a direção do Centro Miguel Bombarda, nomeadamente do seu presidente Adelino Pereira Gomes, jovem advogado que montara banca na vila

no ano anterior³, mas não poupa Sebastião de Lima, porque teme a sua influência, nomeadamente pelas relações que mantém com figuras de relevo nacional, como se conclui da acusação de S.P. Danton em *A Questão Política nas Caldas da Rainha*: «[...] Sebastião de Lima, servindo-se da sua influencia sobre Francisco Grandella, consegue que este commeta o erro de se despedir de socio do Centro histórico, para se ir filiar no Centro gerado dos feitos mal contidos, cujos mentores eram monarchicos, o que nem assim envergonhou aquelles nossos pseudo-correligionarios, que resolveram formar um Centro com todos os adhesivos da ultima hora, baptizando-o com o nome do saudoso Miguel Bombarda, para melhor encobrir as ruins paixões que elle ia abrigar [...]».

Estava ao rubro, na vila termal, a guerra entre republicanos históricos e monárquicos aderentes ao novo regime, e é ao lado destes que o semanário leiriense *O Radical* toma posição em sucessivos editoriais, de que se destaca o de 20 de Junho de 1911: «[...] Do que dizem certas almas indignadas, parece deprehender-se que dentro da República, depois de proclamada, não deviam admittir-se monárquicos. Quer dizer: em muitos concelhos do distrito de Leiria havia apenas meia duzia de republicanos. Pois havíamos de ficar com essa meia duzia apenas... Os milhares de cidadãos que não tivessem o carimbo de históricos, deviam ser aggredidos, escorregados, empurrados aos encontros para o primeiro partido monárquico que se formasse.

Na edição de 18 de Abril, ainda a propósito da visita de Afonso Costa à vila termal, *O Radical* volta à carga: «[...] Mostrou o sr. Lima, triunfhalmente, que o Sr. Costa lhe ligava mais importancia a elle do

que aos históricos que nas Caldas o agrediam. Fez muito bem. Foi uma lição de mestre. Sinceramente felicitamos o sr. Sebastião Lima pelo seu triunfo [...]».

Aliado incondicional do tabelião caldense, *O Radical* dedica-lhe várias crónicas nos anos de 1911 e 1912, que nos permitem reconstituir parte do seu percurso. Na edição de 7 de Abril de 1912, sob o título «Pobres históricos», o semanário leiriense conta assim uma visita de Afonso Costa à vila termal: «[...] Os nossos históricos andam em maré de pouca sorte... Foi o senhor Afonso Costa às Caldas da Rainha. Mas querem saber onde se dirigiu? Á casa do sr. Sebastião Lima, antigo chefe do partido franchista. Foi ali que deu beija-mão. Os históricos que quiseram ir oscular a dextra gloriosa que alinhavou a Lei da Separação tiveram de passar por aquellas fórcas caudinas: ir a casa do homem que mais guerra ram, que mais combataram, a quem mais ferozmente alcunham de... cacique. O pobre Maldonado Freitas, chefe dos históricos, ia tendo uma congestão. Andou em volta da casa, amargurado, desalentado, perdido... mas não entrou. Outros, coitados, engulindo tudo quanto disseram, fizeram das tripas coração... e entraram. Renderam-se ao inimigo. Escorracados, envergondados, accumbidos - mas lá fôram! Que diabo... a vida são dios dias! [...]».

Na edição de 18 de Abril, ainda a propósito da visita de Afonso Costa à vila termal, *O Radical* volta à carga: «[...] Mostrou o sr. Lima, triunfhalmente, que o Sr. Costa lhe ligava mais importancia a elle do

que aos históricos que nas Caldas o agrediam. Fez muito bem. Foi uma lição de mestre. Sinceramente felicitamos o sr. Sebastião Lima pelo seu triunfo [...]».

Particular amigo de Almeida Grandela, cultivando por intermédio do grande empresário republicano relações de amizade com Afonso Costa, Sebastião de Lima volta às páginas de *O Radical*, na edição de 25 de Abril, onde, a propósito de uma fotografia, se tecem uma crítica mordaz a Maldonado Freitas e a Afonso Ferreira, deputado por Alcobaça, inimigos de Sebastião de Lima e indefectíveis apoiantes de Afonso Costa: «[...] O nosso deputado Afonso de Alcobaça retratado-se em grupo na Foz do Arelho com o nosso amigo sr. Sebastião de Lima. Envergonhado, retrahido, com a cara succumbida de quem rasga todas as suas tremendas catilinárias contra os caciques - mas, enfim, sempre se retratou. Puxam-lhe as orelhas, dão-lhe palmatóadas, obrigam-no a beijar a mão do homem a quem chamara franchista e cacique, e, ainda por cima, põem-no em frente de um aparelho fotográfico, endireitam-lhe o busto, concertam-lhe as mãos, unem-lhe um pouco as pernas, mandam-no estar quieto... e zás! Como quem diz: - já cá cantas! Chegámos a ter dó do nosso Afonso. Há sacrifícios que são demasiados para um homem só... O que diriam aqueles terríveis históricos com o nosso Maldonado Freitas á frente, ao verem aquella extraña fotografia? Amigo Lima. A vingança é agradável de saborear, por vezes. Mas esta já vai sendo uma cruidade exagerada. Tenha piedade dos homens...».

O que o colunista do semanário de Leiria aparentemente desconhecia, é que na foto, que acompanha esta crónica, tirada na Foz do Arelho em frente da casa de Grandela e publicada na *Ilustração Portugueza* de 15 de Abril de 1912, figurava também Custódio Maldonado Freitas.

Afonso Costa era o rosto e a figura mais poderosa do novo regime e a sua amizade era disputada por todos os líderes republicanos regionais, porque o poder também se media pela proximidade do chefe. Sebastião de Lima era, seguramente, o político caldense mais próximo do líder republicano, devido à sua grande amizade com Francisco Grandela.

Adriano Pinto Teixeira, correspondente do *Leiria Ilustrada*, na edição de 8 de Abril de 1911 traça um generoso perfil do notário caldense: «saiu do desmorulado regime monárquico sem a mínima mancha ao seu diamantino carácter de ci-

dadão essencialmente bom e honesto». Na mesma crónica, o correspondente do semanário de Leiria associa o político das Caldas ao poderoso ministro da justiça republicano, garantindo que o mesmo declarou «deante dos mais considerados habitantes d'esta vila: Sebastião de Lima, tem uma grande alma de sincero patriota; pois que ha dois anos falando comigo, me disse, que contasse não só com a sua fortuna pessoal, mas tão bem com a sua propria vida, para salvar esta Patria da completa ruina».

A amizade de Almeida Grandela e a proximidade de Afonso Costa projectam o notário caldense nas estruturas políticas distritais, e *O Radical*, na edição de 12 de Setembro de 1912, dá notícia da rejeição de um cargo: «Afirmam-nos que o sr. Sebastião de Lima, das Caldas da Rainha, homem de critério e de bom senso, já por duas vezes escreveu para Leiria, a fim de que lhe risquem o nome da comissão distrital democrática, eleita há pouco. Ao que parece, não quer acamaradar com aquelles que ainda recentemente o insultavam e aggrediam [...]». O sr. Sebastião de Lima, que é adesivo, dispensa a honra que lhe conferiram. Não quer ir manchar com a sua adhesivagem, os pergaminhos de outros membros da comissão, que ainda há pouco só queriam ter como companheiros authênticos históricos [...]».

Os republicanos históricos persistem na integração do notário caldense, na estrutura distrital do partido democrático de Afonso Costa, mas este mantém a recusa, segundo informa *O Radical*, na edição de 3 de Outubro: «Pois é verdade. Confirmaram-se as nossas informações. Foram os dirigentes affonsinos do distrito, que até aqui só queriam históricos nas suas hostes, mendigar ao sr. Sebastião de Lima das Caldas da Rainha, a esmola de fazer parte da comissão política distrital. Ora,

querem os leitores saber o que fez esse antigo monárquico? Recusou-se a isso, não quis acamaradar com os seus antigos detractores. A cara com que ficaram os nossos terríveis históricos, perante esta lição de coerência, deve ser de se lhe tirar o chapéu. [...]».

Retirado da actividade política, a última referência que nos chega do tabelião caldense, vem na edição de *O Radical* de 12 de Fevereiro de 1914, a propósito do funeral de Apolónia Salles Henriques de Souza, esposa de Ataliba Pereira de Souza e irmã de Eduardo, Henrique, Cipriano, Arthur e Tomás Salles Henriques.

A urna segue para o cemitério



■ Destaque da fotografia de Sebastião de Lima, ao lado do seu amigo Francisco Grandela.

aos ombros de amigos da família organizados em cinco turnos, onde constam, entre muitos outros notáveis da vila, os nomes de dois homens rejeitados pelos radicais republicanos: um monárquico convertido e um republicano histórico, Sebastião de Lima e Joaquim Manuel Correia.

Francisco Maria Sebastião de Lima falece em 27 de Novembro de 1938, com 81 anos de idade.

No dia seguinte, o *Diário de Notícias* destaca a dimensão regional do político caldense: «Foi um dos chefes do partido regenerador e uma das figuras mais consideradas de todo o distrito de Leiria. Por várias vezes foi convidado para governador civil, cargo que nunca aceitou».

Por cá, a *Gazeta das Caldas*, na edição de 1 de Dezembro de 1938, fala do «trato afável e lucidíssima inteligência», e refere que o político caldense «exerceu por mais de 40 anos os cargos de Escrivão e Notário nesta cidade».

(Footnotes)

¹ Este texto é subscrito por Baal, pseudónimo de Avelino Belo, e aparece mais tarde reproduzido no *Leiria Ilustrada*

² De 17 de Junho de 1911, com a assinatura de «C.».

³ Na mesma edição, o *Direito do Povo* informa que foi eleito presidente da direção do centro Almirante Reis, Custódio Maldonado Freitas.

⁴ Acontecimento noticiado em *O Círculo das Caldas* de 20 de Novembro de 1909. Este advogado foi aclamado administrador substituto de Joaquim Alves Correia em 6 de Outubro de 1910, tendo sido no ano seguinte, administrador substituto de João Mendes de Vasconcelos - vide *Leiria Ilustrada* de 2 de Dezembro de 1911.



■ Fotografia feita em frente da casa de Grandela, na Foz do Arelho, publicada na *Ilustração Portuguesa*, nº 321, de 15.04.1912, acessível no site "hemerotecadigital".

Recortes da REPÚBLICA

Centros rivais

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)



■ - Cândido dos Reis e Miguel Bombarda (Colecção António Pedro Vicente)

Reza a crónica de Adriano Teixeira Pinto, publicada na edição de 18 de Março de 1911 do *Leiria Ilustrada*, que o primeiro centro republicano da vila termal foi fundado no ano de 1891.

Na edição de 14 de Outubro de 1928 da *Gazeta das Caldas*, Luiz Teixeira refere a existência de 110 inscritos no único centro republicano existente em 5 de Outubro de 1910, situando no entanto a sua criação após o falecimento de uma potetiza influente no meio, Maria Clara Eller Caldas, «áí por 905¹», por iniciativa de um grupo de caldense, onde se integrava Avelino Belo, depois de várias «reuniões na barbearia do José de Abreu».

Na edição de 22 de Janeiro de 1911 do *Direito do Povo*, é publicada uma lista com 157 nomes de cidadãos filiados no Partido Republicano na vila termal, antes de 5 de Outubro de 1910, com o seguinte anúncio: «[...] A inscrição republicana

continua aberta. Todo o cidadão que desejar inscrever-se no cadastro republicano pode fazê-lo no Centro Almirante Reis [...]».

No *Leiria Ilustrada* de 29 de Abril de 1911, Avelino Belo, declara que o único centro republicano da vila «[...] já gloriosa data de 5 de Outubro, contava apenas 101 sócios: Outros republicanos tinham-n'o sido em varios anos mas sem fé nem persistencia, porque, debandaram para os vários partidos monárquicos, abandonando as nossas fileiras [...]».

O ceramista e histórico republicano caldense refere-se à fundação do novo centro republicano da vila, denominado Miguel Bombarda, mas rejeita a ideia de que esse facto constitua uma dissidência do velho centro, entretanto baptizado com o nome Almirante Cândido dos Reis.

Ná óptica de Avelino Belo, foi escassa a adesão de verdadeiros republicanos ao novo

centro concorrente: «[...] veio a República, e depois dessa data gloriosa, desses 101 históricos, 7 ou 8, salvo erro, saíram do centro Almirante Reis, para formarem um novo centro [...]».

O centro republicano Miguel Bombarda é criado ainda em Novembro de 1910, e na sua edição do dia 19 desse mês, *O Círculo das Caldas* explica a sua fundação como consequência da cisão entre «republicanos actualmente em evidência» e «antigos e leais republicanos» que teriam sido «excluídos da direção dos negócios públicos [...] vendendo-se por isso obrigados a afastar-se de quem os repelia».

O jornal caldense, de tradição monárquica, recentemente convertido ao novo regime², enfatiza a divergência entre os velhos republicanos, como causa da criação do novo centro, omitindo o facto de nele se acolegarem os monárquicos aderentes à república, designados na época por «adesivos».

Na edição de 18 de Dezembro

de 1910, um outro jornal caldense, o *Direito do Povo*, identificado com o centro Almirante Cândido dos Reis, revela uma perspectiva diferente, desferindo um feroz ataque contra o novo centro e duas velhas figuras relevantes da vila, que consideram estarem envolvidas na sua gênese: o director do Hospital, Augusto Cymbron e o encrivão-notário da vila, Francisco Maria Sebastião de Lima.

O jornal republicano, dirigido por Avelino Belo, começa por explicar de forma jocosa, a «concepção» e o «parto» da nova entidade política: «[...] nascido do coito obsceno monarchico-republicano, partejado a forceps por um experimentadíssimo clínico [...] consegue ir até à pia baptismal, apadrinhado pela sobracasaca elegante do sr. Sebastião de Lima [...]».

Segue-se a surpresa pela sobrevivência política da nova entidade: «[...] Suppunha-se que por ter nascido de paes incognitos o recem nascido ficava

moiro; e, devendo morrer cedo por falta de robustez, o recem rachitico desceria á cova, sem que constasse a sua passagem na terra [...]. Mas toda a gente se enganou [...] os nossos cumprimentos desenfastiados pelo milagre obtido [...]».

O cronista do *Direito do Povo* insurge-se contra o facto de a criação do novo centro ser vista na imprensa nacional como

uma dissidência republicana na vila termal: «[...] em lugar d'uma dissidência temos mas é abandonado do Partido por banda d'aquellos que já eram republicanos, e uma exploração vergonhosa pelos monarchicos-republicanos, que aguardam de certo novas organizações políticas das quais esperam a entrega aos seus dentes raiosos do ultimo osso do esqueleto a que a monarquia reduziu o organismo nacional [...]».

Na parte final, uma referência a um aderente ilustre, antigo chefe regenerador local: «[...] o sr. Sebastião de Lima,

elevada personalidade de 1,75 m de altura pelo menos, foi proposto para sócio do centro pelo sr. Gonçalves Neves, a quem fez declarações de desinteresse patriótico [...]».

Na mesma edição, o *Direito do Povo* informa que Custódio Maldonado Freitas foi eleito presidente da direção do Centro Almirante Cândido dos Reis.

As guerras políticas entre os dois centros republicanos vão agitar a vila termal, e em trincheiras opostas encontramos três jornais caldense: *O Direito do Povo*, publicado entre 20 de Novembro de 1910 e 22 de Janeiro de 1911, administrado por Maldonado Freitas, portavoz inicial do centro Almirante Reis, posteriormente substituído nessas funções por *O Defensor*; e *O Círculo das Caldas*, que apoia e veicula as posições do Centro Miguel Bombarda.

Por influência de Francisco Grandela o centro Miguel Bombarda brilha mais na imprensa nacional, e a sua inauguração,

Recortes da República

Nomeações polémicas

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Volvidos quatro meses sobre a revolução, a vila termal está ao rubro, dividida em dois centros republicanos que se digladiam pelo poder: o centro Almirante Reis e o centro Miguel Bombarda.

Encontra-se vago o cargo de administrador do concelho, e o nome de Custódio Maldonado Freitas, eleito presidente da direcção do centro Almirante Reis em Dezembro de 1910, é indicado pelas comissões municipal e paroquial, por maioria e sem consenso.

Adriano Teixeira Pinto, correspondente do *Leiria Ilustrada* e associado do centro republicano caldense Almirante Reis, relata na edição de 4 de Março do semanário leiriense, a agitada reunião de 24 de Fevereiro, onde se deliberou manter a proposta de nomeação do líder daquela agremiação:

«Na noite do dia 24 do corrente, realizou-se uma assembleia geral de sócios d'este Centro, para se assentarem na atitude que as comissões deviam tomar em vista dos assuntos tratados e apresentados por suas ex.ás os representantes do Diretório Republicano e do cidadão Governador Civil do distrito.

Eis as resoluções aprovadas pela assembleia, que se compunha aproximadamente por umas 50 pessoas, sendo artistas na sua maioria.

As comissões existentes deviam manter-se no seu posto, pois que lhe davam um voto de confiança. Que não deviam transigir na sua resolução de ser nomeado administrador do concelho, o cidadão por elas proposto. [...]»

Na mesma assembleia, foi também deliberado que só os cidadãos filiados naquele centro histórico deveriam ocupar os lugares de chefia da administração, formulando-se em conformidade as seguintes recomendações: «[...] Que todas as comissões que se venham a formar ou membros para preencher as vagas que se derem nas mesmas comissões, sejam todos compostos por cidadãos que se encontrem filiados no mesmo Centro e tenham satisfeita as suas respetivas quotas. Que para essas referidas nomeações ninguém se reconheça o direito de fazer, se não a eles republicanos locaes históricos [...].»

Teixeira Pinto registra no seu relato, a curiosa argumentação de um membro histórico do Centro, em defesa da nomeação do presidente da direcção para o cargo de administrador do concelho: «[...] Pedindo a palavra um dos temas republicanos históricos diz que concorda n'estas resoluções, acrescentando o seguinte - textualmente: Que seja o cidadão indicado o administrador, porque o conhecem; e que sendo por estranhos à vila nomeado outro, pôde ser um pantomineiro,

um maroto ou algum intrajão!! [...]»

Seguem-se entusiásticos aplausos, que o correspondente descreve, mas se recusa a partilhar: «[...] Foram todas as deliberações muito aplaudidas sendo eu o único que contra tudo isto protestou, reprobando-as, pois que nunca poderia aprovar que se não acatam as resoluções superiormente tomadas em harmonia com o interesse geral e local [...]».

O correspondente do *Leiria Ilustrada*, na edição de 25 de Fevereiro, saúda a chegada à vila termal, de Cupertino Ribeiro e de António da Silva Barreto, e exulta com «[...] A grata notícia de que sua ex.á o Ministro do Interior satisfaz o desejo do povo, nomeando a pessoa estranha a esta vila, em quem reconhecesse competência e autoridade moral para desempenhar o cargo de administrador d'este concelho. Podemos garantir que todo o povo recebeu esta notícia com satisfação, unica solução que julga n'este momento aceitável [...]».

Perante a eminência da nomeação, o correspondente do *Leiria Ilustrada* traça um cenário de grande perturbação social na edição de 25 de Fevereiro: «[...] comércio fechado, grande exaltação no povo, e em perspectiva tumultos de que podem resultar graves consequências caso o administrador do concelho não seja prontamente substituído por cidadão estranho a esta vila e que reuna os indispensáveis requisitos [...]».

Apesar da polémica, Custódio Maldonado Freitas assume as funções de administrador do concelho, em 21 de Março de 1911, como nos dá conta o semanário leiriense *O Radical*, que defende o novo administrador na edição de 23 de Março: «[...] Perante o cidadão Governador Civil do Distrito, tomou ante-hontem posse do lugar de administrador do concelho das Caldas da Rainha, este nosso amigo e bom republicano, a quem felicitamos, apetecendo-lhe que consiga harmonizar as divergências ali existentes, para o que não lhe falta competência».

A polémica prossegue nas páginas do *Leiria Ilustrada*, na edição de 1 de Abril, com uma declaração dos comerciantes e industriais caldense que aderiram ao protesto e encerraram os estabelecimentos, e de 8 de Abril, com uma resposta à carta do governador civil do distrito publicada no jornal *O Mundo*, em que se contesta a decisão, justificada pelo desconhecimento daquela autoridade relativa mente ao ambiente político da vila termal: «[...] Sua Ex.á desconhece o verdadeiro estado da política d'esta vila, pois que uns e outros certamente, interessados mutuamente, se guerreiam e se atribuem uns aos outros as responsabilidades do que vai sucedendo [...]». É preciso que a ver-

as conferências com os diversos representantes do partido [...]».

Na mesma edição, *O Mundo* avança a previsão de que seria nomeada para administrador do concelho «uma pessoa estranha a esta vila».

A proposta de nomeação de Maldonado Freitas enfrenta críticas imiplacáveis na no semanário *O Círculo das Caldas*, nas edições de 20 de Fevereiro e de 2 de Abril de 1911.

O correspondente do *Leiria Ilustrada*, na edição de 25 de Fevereiro, saúda a chegada à vila termal, de Cupertino Ribeiro e de António da Silva Barreto, e exulta com «[...] A grata notícia de que sua ex.á o Ministro do Interior satisfaz o desejo do povo, nomeando a pessoa estranha a esta vila, em quem reconhecesse competência e autoridade moral para desempenhar o cargo de administrador d'este concelho. Podemos garantir que todo o povo recebeu esta notícia com satisfação, unica solução que julga n'este momento aceitável [...]».

Perante a eminência da nomeação,



■ Paços do Concelho (coleção Chaby) Na versão de Avelino Belo, os opositores de Maldonado Freitas pretendiam atirá-lo para a rua, no acto de posse do lugar de administrador do concelho, pelas janelas do edifício

dade se esclareça, e julgo que ficaria completamente esclarecida se sua ex.á visitasse esta vila, visitasse os dois centros políticos locaes, visse a quantidade e qualidade, tanto moral como intelectual dos inscritos nos cadastros dos mesmos centros e se informasse bem do que teem sido e continuam sendo os dirigentes dos mesmos centros [...]».

Indefectivel apoianto de Maldonado Freitas, Avelino Soares Belo sai a terreno em defesa do administrador nomeado, em artigo publicado na edição de 20 de Maio, do *Leiria Ilustrada*.

Eis a versão que apresenta dos factos, com acusação de tentativa de defenestrado do farmacêutico:

«[...] O povo não protestou; o povo, levado pelos boatos, foi um simples espetador, mas um espetador que condenou o que viu. Um grupo de 4 ou 6 homens que, por espírito de seita, foi protestar à Associação Comercial contra a posse do administrador, depois ao salão da Convalescença, e, por ultimo, de porta em porta, a pedir aos comerciantes para fecharem. Mas a farsa não ficou por aqui. Deoram um assalto ao ato da posse do novo administrador para o pôr pela janela fora, mas os que tais intenções levavam, vendo a atitude do povo, viraram-se obrigados a descer pelas janelas. À noite houve desafio. Um rancho de 20 ou 30 arruaceiros, armados de paus, dos casaeas a duas leguas d'esta vila, entraram n'esta pacata e ordeira povoação, ensaiando os seus cacetes na praça, insultando o povo da vila e dando morras a Freitas em frente da sua porta [...]».

Em Julho, Custódio Freitas abandona a administração do concelho, sucedendo-lhe no cargo João Mendes de Vasconcelos¹, que terá como substituto Adelino Pereira Gomes (*Leiria Ilustrada*, 2 de Dezembro de 1911).

Dois anos depois, o farmacêutico regressa ao cargo, e com ele a polémica.

Em reacção à notícia da sua toma-

da posse, publicada no jornal *O Mundo*, o *Círculo das Caldas* de 3 de Março de 1913, para além de manifestar surpresa, reconduz o conflito à velha luta entre os dois centros políticos da vila: «[...] A maioria dos habitantes deste concelho foi na semana ultima surpreendida com a notícia de que, por alvará do sr. governador civil, fora nomeado administrador das Caldas da Rainha um indivíduo que, tendo a antipatia quasi geral desta povoação, é, ao mesmo tempo, incompatível com os vultos mais prestigiósos do partido democrático, entre os quais se encontram os sócios do Centro Republicano Miguel Bombarda [...]».

Indefectivel apoianto de Maldonado Freitas, Avelino Soares Belo sai a terreno em defesa do administrador nomeado, em artigo publicado na edição de 20 de Maio, do *Leiria Ilustrada*.

Eis a versão que apresenta dos factos, com acusação de tentativa de defenestrado do farmacêutico:

«[...] O sr. Freitas não se recomenda por nenhuma das condições naturalmente indicadas para tal lugar: não tem categoria nem idoneidade para o exercer, nem está sequer filiado no partido governamental. Antigo frantista foi um dia nomeado administrador das Caldas da Rainha, mas a sua nomeação levantou gerais protestos e não conquistou depois o necessário prestígio para se manter no lugar [...]».

A actividade do administrador é alvo dos habituais protestos por parte dos seus inimigos pessoais e políticos, e o *Leiria Ilustrada* vem em sua defesa, na edição de 30 de Agosto de 1913: «[...] Alguém chamou a nossa atenção para uma pequena e miserável campanha urdida em volta de Maldonado Freitas, actual administrador do concelho de Caldas da Rainha, a propósito das suas medidas tomadas no sentido de fazer respeitar a bandeira e hino nacionais. Não hanada mais injusto que semelhante campanha, pois aquela autoridade se tem limitado a fazer cumprir o que está preceituado sobre tal assunto. De resto, a origem dessa má vontade deve filiar-se no facto de Maldonado de Freitas, com sacrifícios de toda a ordem, ter sido um funcionário cumprido

dor dos seus deveres, desenvolvendo uma actividade e uma energia que muito o honram [...]».

Na edição de 22 de Fevereiro de 1914, o semanário caldense *O Defensor* lamento o anunciado pedido de exoneração do administrador: «[...] Segundo informações que temos, o cidadão Maldonado Freitas vai pedir a sua exoneração d'este cargo que tão proficiente e imparcialmente tem exercido com satisfação para os corregidores e admiração para os adversários políticos [...]».

Custódio Maldonado Freitas. Não há nome mais polémico na imprensa regional da época, invariavelmente dividida entre a acusação e o enaltecimento.

Intrigado, o cronista procurou no testemunha contemporâneo as raízes que tornaram impossível a neutralidade da imprensa no passado, e ouviu de viva voz a explicação de um antigo colaborador do farmacêutico: «Quem não gostava dele eram os poderosos, porque a gente humilde do povo gostava, e muito. Olhe que daquele casa nunca saiu ninguém sem medicamentos por não ter dinheiro».

No que respeita aos acontecimentos de Abril de 1915, é esta a memória que herdou: «Ele escondeu-se numa chaminé, e foi salvo pelo guarda nº 50, que o descobriu mas fingiu não o ver».

Esta versão não consta dos jornais do passado. Por isso se consigna. Para que passe a constar para o futuro.

(Footnotes)

¹ João Mendes de Vasconcelos será nomeado ainda nesse ano governador civil de Coimbra (Arquivo da Universidade de Coimbra, Inventário do Arquivo do Governo Civil de Coimbra, 1996).

² Adelino Pereira Gomes, presidente do centro republicano caldense Miguel Bombarda (Direito do Povo de 11 de Dezembro de 1910), fora anteriormente substituto do administrador Joaquim Manuel Correia (Direito do Povo, 8 de Janeiro de 1911)

Recortes da República

Os vigilantes caldenses

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Os ventos de mudança que as revoluções arrastam consigo, tornam-se tempestade, turbulência social e política, réplicas de um terramoto que perdura para além do dia em que ocorreu.

Foi sempre assim em todas as revoluções. Não poderia ser diferente com a de 5 de Outubro de 1910.

Na agitação que se segue, há quem identifique o caos com a República, e na edição de 6 de Abril de 1911, o semanário *O Radical* questiona-se: «Será correcto que certa professora [...] quando os alunos não estão sozegados, lhes pergunta se a aula é alguma república? Não será isto uma notoria rebeldia da alludida professora para com as novas instituições e a prova segura de ser uma má educadora?»

Na edição de 22 de Janeiro de 1911 do *Direito do Povo*, há uma crónica subscrita por *Galenó*¹, verdadeiro grito de guerra, onde se sugere: «[...] organização de defesa à mão armada, da nova ordem social, com chefes nomeados provisoriamente pela propria população armada. Prisão imediata, em todo e qualquer lugar em que se encontrem os membros criminosos do extinto regimen: ministros, generais, chefes da polícia, assim como os caciques que ajudaram a levar este pobre paiz á ruina. A prisão d'estes personagens seria mantida até depois das constituintes, para não terem ocasião de perturbarem a marcha da Republica [...]».

Do fervor revolucionário de alguns republicanos da vila termal chegam ecos às páginas do *Leiria Ilustrada*, na edição de 18 de Novembro de 1911, através de uma carta subscrita por José Manuel da Costa Barreiros, Manuel Teles e João Duarte Angélico, que rezava assim:

«O 'Grupo Carbonario Vigilante Caldense', reorganizado em 9 de Setembro ultimo para a defesa da Republica, e da sua constituição, pelos motivos constantes da carta junta (de que pede a publicação também) que adoptou por lema "seguir sempre a política mais democrática e radical dentro do ideal e do programa do partido republicano histórico defendidos e proclamados pelos

revolucionários na propaganda de princípios e na revolução de 5 de Outubro de 1910", vem rogar vos dignéis levantar no *Leiria Ilustrada* o brado de revolta contra o procedimento das autoridades de Obidos e Caldas, filhas da política de atração, a que chamaremos mais acertadamente política de traição, pelos seguintes factos: [...]».

Segue-se a descrição de uma ocorrência, de onde se conclui que o grupo de vigilantes caldenses se sentia legitimado a actuar, procedendo a detenções, sem que a autoridade administrativa desse o adequado prosseguimento: «Em 29 de Outubro foi preso em Óbidos por um membro d'este grupo, um individuo por difamação contra a Republica, e foi solto no dia seguinte sem que fossem ouvidas as testemunhas apontadas».

Para evitar o futuro e previsível arquivamento pela autoridade administrativa, o grupo de vigilantes torna pública uma participação sobre factos que considera de extrema gravidade: «[...] O 'Grupo Carbonario Vigilante Caldense' tendo conhecimento de que os cidadãos Joaquim Isidoro del Rio e Luiz d'Almeida, d'esta vila, em 19 do corrente, na Foz do Arelho, em frente da casa comercial de Manuel F. Pereira, d'esta vila, deram vivas á monarquia e a D. Manuel e morras á Republica, que pagaram vinho e aguardente a varias pessoas e até a algumas crianças, instigando-as a darem vivas á monarquia, mandou dois dos seus membros áquela localidade averiguar d'estes factos e apuraram que eram verdadeiros. [...]».

Na mesma carta, os signatários queixam-se amargamente do facto de o jornal *O Mundo* ter recusado a publicação de um telegrama em que pediam providências ao ministro do interior, com o seguinte teor: «Os carbonarios caldense protestam contra o procedimento das autoridades de Obidos e Caldas, soltando e poupano os difamadores da Republica, pedem providências ao Ministro do Interior».

Na participação há a indicação do rol de testemunhas, a fim de facilitar a realização da investigação da autoridade administrativa, e a sugestão de que sejam inquiridos «os membros d'este grupo encarregados d'esta diligência João M. Pacheco e António F. Isidoro».

Segue-se a averiguação sobre as diligências da autoridade, com a suspeita do intollerável arquivamento: «[...] Passados seis dias perguntamos ao digno administrador pelo andamento da queixa e este respondeu que já tinha cha-



Barricadas da Rotunda - Marcha com a Bandeira da Carbonária Portuguesa.

mado os acusados e que eles lhe mereciam toda a confiança, que decerto tinham bebido demais, etc... mas que no dia seguinte mandava chamar as testemunhas. Consta-nos que chamou só alguns e, alem do interrogatorio ser feito com muita prudencia para evitar a prova, ainda algumas testemunhas que tiveram a honriderade de dizer o que ouviram, foram tratadas com menos consideração [...]».

Na mesma carta, os signatários queixam-se amargamente do facto de o jornal *O Mundo* ter recusado a publicação de um telegrama em que pediam providências ao ministro do interior, com o seguinte teor: «[...] Se atualmente me encontro á frente da administração d'este concelho, como administrador substituto em exercicio, devo-o á consideração obsequiosa do meu colega dr. João Mendes de Vasconcelos, administrador efectivo, que precisando ausentarse temporariamente, me honrou com o insitente pedido de o ficar substituindo [...]».

O semanário leiriense publica na mesma edição a carta assinada por «um grupo de patriotas», distribuída na vila termal na manhã de 8 de Setembro, que alegadamente motivou a «reorganização» do grupo carbonário caldense: «[...] Fieis e decididos a levar ate ao fim o patriótico, moralizador e religioso intuito a que nos impusemos para sal-

var a Patria Portuguesa das garras do jacobinismo, sem Rei e sem Deus, que pôs o paiz a saque na desordem infrene, no maior caos e na maior das vergonhas perante o mundo civilizado, vimos rogar a V.Exª o seu apoio moral e material na proxima decisão da luta mais legítima e santa do povo português - pelo régimen monárquico com a egreja livre [...]».

Na edição de 2 de Dezembro de 1911 do *Leiria Ilustrada*, Adelino Pereira Gomes² responde às acusações do «Grupo Carbonário Vigilante Caldense».

Começa por se identificar como «modesto advogado n'esta comarca», explicando o exercício provisório das suas funções: «[...] Se atualmente me encontro á frente da administração d'este concelho, como administrador substituto em exercicio, devo-o á consideração obsequiosa do meu

colega dr. João Mendes de Vasconcelos, administrador efectivo, que precisando ausentarse temporariamente, me honrou com o insitente pedido de o ficar substituindo [...]».

Em sua defesa alega que agiu com a máxima isenção, ouvindo as testemunhas e remetendo os autos ao Delegado do Procurador da República na comarca, conclui que os participantes «usam da pena,

não como instrumento da verdade ou arma da justiça, mas única e simplesmente para difamar e pôr em dúvida a honra alheia», e termina com uma declaração solene: «[...] não mais volto ao assunto, tão cônscio eu estou de que honradamente cumprí o meu dever, respeitando a Lei, a Justiça e a Moralidade».

S.P. Danton em «A Questão Política nas Caldas da Rainha» refere a existência de um grupo de 60 carbonários na vila termal «todos republicanos... dispostos a dar a vida e o seu bem estar e de suas famílias, para resgatar a Pátria [...]».

O semanário leiriense *O Radical*, na edição de 22 de Janeiro de 1914, numa crónica sobre a actuação de Maldonado Freitas durante a greve dos ferroviários, sarcasticamente denominado por «alcalde das Caldas da Rainha», accusa o político caldense de ter ao seu serviço a «formiga branca», uma milícia semi-clandestina, alegadamente criado por Afonso Costa, composta na sua maioria por carbonários.

Em Outubro de 1911, um mês após a divulgação na vila, da carta que incitava à restauração da monarquia, o «Grupo Carbonário Vigilante Caldense» dirigia ao director do Hospital um pedido de permissão

República Portuguesa»³.

O Defensor na edição de 13 de Fevereiro de 1916, descreve uma cena de tiroteio na Praça 5 de Outubro, que envolve «elementos de defesa da República», mas terá sido efémera a «reorganização» do «Grupo Carbonário Vigilante Caldense», porque não encontrámos qualquer outra referência e este grupo na imprensa regional nos anos agitados que se seguiram.

(Footnotes)

¹ Nome simbólico de Custódio Maldonado Freitas, na Loja Maçônica Fraternidade de Óbidos, onde foi iniciado.

² O Círculo das Caldas de 20 de Novembro de 1909 dá notícia da instalação deste advogado em Caldas. Adelino Pereira Gomes foi aclamado administrador substituto de Joaquim Alves Correia em 6 de Outubro de 1910, tendo sido eleito presidente da direcção do Centro Miguel Bombarda, conforme notícia o Diretório do Povo, na edição de 11 de Dezembro de 1911.

³ João B. Serra, Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911.

Recortes da República

Agitação

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Apesar de os democráticos de Afonso Costa terem vencido as eleições de 13 de Junho de 1915, assegurando uma maioria absoluta na câmara dos deputados e no senado, permanecia a agitação política.

No dia 3 de Julho, o líder da nova maioria, receando estar a ser alvo de um novo atentado, salta precipitadamente da janela dum eléctrico em movimento, fracturando o crânio (sofreu já vários atentados, tendo sido o anterior em 21 de Fevereiro).

A agitação que se vivia no país, não podia deixar de se reflectir na vila termal, e na edição de 5 de Outubro de 1915, o semanário republicano caldense, *O Defensor*, faz eco de uma curiosa notícia publicada no *República*, que ataca e ridiculariza o regedor e o administrador: *Batata e Palhota*.

«[...] O ilustre presidente da Associação Comercial das Caldas da Rainha, Sr. António Valério Junior, veio ontem a Lisboa para protestar junto do sr. ministro do interior, em nome da mesma associação, contra a ameaça de certos bando de arruaceiros, que pretendem assaltar os estabelecimentos comerciais sob comando do próprio regedor, um desordeiro conhecido pela alcunha de Batata.»

Não se trata de qualquer alteração da ordem pública, por motivo de encarecimento das subsistências, pois um dos estabelecimentos apontados para o assalto é a Fotografia Armando Silva e as fotografias não são, positivamente, um artigo de primeira necessidade.

Trata-se apenas de um acto de banditismo vulgar, de vingança e de represália, tanto mais infame quanto é certo ser capi-

taneado pelo próprio regedor.

Não somos nós que o dizemos. O próprio presidente da Associação Comercial o foi dizer ao administrador do concelho, um general reformado, de nome Palhota, que não sabe o que faz nem o que diz e que manda menos nas Caldas do que o referido regedor Batata [...] um pobre homem que não tem energia nem decisão para meter isto na ordem.

Este Batata saiu do Limeiro para ir ser regedor, impondo-se ao próprio administrador do concelho, o que é ultravergonhoso [...].

Na mesma página, sob o título «António Alves Cunha», nome de baptismo do dito Batata, o jornal parece fazer *mea culpa*, numa outra notícia, que contraria a anterior: «[...] Este nosso amigo e correligionário pediu a sua demissão de regedor no dia 1 do corrente. Se nos tivesse consultado depois das infâncias vindas no "República" e desmentidas pelos senhores Henrique da Graça, Paulino Montez e Eduardo Ribas, membros da direcção da Associação Comercial, não o teria pedido [...]. O Exmo Senhor Ministro do Interior e Governador Civil que avaliem da razão das queixas do sr. Valério.»

Para maior confusão, na edição de *O Defensor*, de 10 de Outubro, surge uma declaração de apoio ao regedor das Caldas, com nomes sonantes e assinaturas reconhecidas:

«Declaração. Nós abaixo assassinados, industriais e proprietários residentes nesta vila de Caldas da Rainha, declaramos que o cidadão António Alves Cunha Júnior, ex-regedor da freguesia de Nossa Senhora do Populo (sede do concelho), não cometeu durante o tempo que

exerceu aquele cargo, qualquer acto que o deslustrasse, quer como homem, quer como autoridade, sendo portanto falsas as arguições que ao mesmo se fazem no jornal "República" de 2 e 4 do corrente mês, assim como tudo mais. Havendo absoluto socorro. Caldas da Rainha, 4 de Outubro de 1915. [...]»

Subscrevem a declaração abonatória, figuras gradas da vila. Comerciantes: António Lopes, Almeida Irmão, Benigno dos Santos, Joaquim Gonçalves, Domingos Duarte, Joaquim da Cruz Ferreira, José Joaquim de Almeida, Víctor José Malhoa, Francisco Anselmo de Sousa, Henrique da Graça, José da Silva Dias, Jaime Pacheco de Pina, António D'Almeida, Francisco da Silva Ladeira, Eduardo Ribas, Manuel Querido Branco, Paulino Montez, Francisco G. Varela, Estevam Tavares Adam Júnior, Miguel Soares Pinto, João Daniel de Sousa; proprietários: Manuel da Costa Faro, Francisco Figueiredo, Alfredo Pinto Correia, João de Sousa Nunes, Joaquim José de Sousa, José Francisco Branco, António Gomes Carlos; e industriais: Adolfo José de Figueiredo, José Francisco de Sousa Fidalgo, João Duarte (Angélico).

O célebre Batata - António Alves da Cunha - chegou a liderar o Partido Democrático nas Caldas da Rainha, após a dissidência de Maldonado Freitas, para o Partido de Reconstituição Nacional de Alvaro de Castro, tendo sido editor do semanário *O Defensor*, mais tarde, administrador do concelho de Óbidos.

Quanto ao destino do General Vicente Palhota, *O Defensor*, na edição de 13 de Fevereiro de 1916, conta-nos a sua demissão, na sequência de outras peripécias em que a morna vila termal

era tão fértil:

«[...] Eis resumidamente o que se passou nas Caldas, na ultima semana [...]:

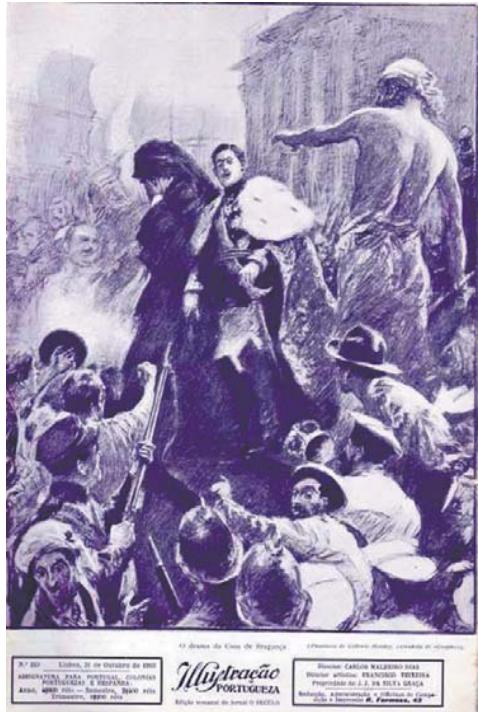
Na madrugada de segunda-feira, seriam 3 horas e 30m, ouviu-se um estampido enorme, que alvorocou toda a vila. Soubese depois ter derivado da explosão de uma bomba, que atentos os estragos que causou, devia ser de grandes proporções, na Rua Sangremen Henriques. Mais tarde, seriam 7 horas, ouviram-se tiros para o lado do Cabo da Vila. Foi encontrado estendido na Rua Capitão Filipe de Sousa o cocheiro Augusto Pereira, que adquiriu uma triste celebrite quando da vergonhosa ditadura do General Piamente de Castro. Apresentava quatro ferimentos que declarou terem-lhe sido feitos a tiro por Henrique de Almeida. À hora, porém, em que os tiros foram ouvidos, afirmam testemunhas que este nosso correligionário se achava, com outros elementos de defesa da República, próximo da Praça 5 de Outubro.

Na noite seguinte, foi ainda ligeiramente ferido a tiro um caixeiro do Sr. Anselmo, que apresentou como agressor Artur Alves da Cunha.

O Sr. General Palhota, que era o administrador do concelho, recebeu uma carta anónima ameaçando-o de que a casa lhe seria dinamitada, caso não ordenasse a prisão do Sr. Henrique Almeida.

Pediu a demissão, sendo interinamente substituído pelo oficial do Governo Civil, Sr. Aurélio Neto, velho republicano que vem animado da melhor vontade para descobrir toda a verdade. [...]»

Esta crónica deveria, talvez, ficar por aqui. Mas as palavras são como as cerejas, e o cronista não resiste a prolongá-la um



Capa de *O Século Ilustrado* de 31 de Outubro de 1919

pouco, até aos nossos tempos, com uma história de paixão que nela se entrelaça.

O General Vicente Palhota terá uma única filha, Armandinha, que casa com Silva Pais, o último chefe da polícia política do estado novo.

Dessa união nasce uma única filha, Ana Maria Palhota da Silva Pais, que em 1965, inesperadamente, abandona a família e o regime, e parte para Cuba, solidária com a revolução naquela ilha.

Annie, como ficará conhecida, enamora-se do médico pessoal de Fidel Castro, revela uma ardente paixão por Che Guevara, e estabelece uma prolonga-

da relação com o ministro do Interior, José Abrantes, que há-de morrer numa prisão de Havana.

Tradutora e intérprete de Fidel, só regressa a Portugal após o 25 de Abril, para ir visitar o pai à prisão de Peniche. Trabalha na 5.ª Divisão do MFA durante o verão quente de 1975 e morre em Cuba em Julho de 1990, vítima de cancro.

Esta história foi contada por José Pedro Castanheira e Valdemar Cruz, jornalistas do Expresso, numa reportagem de 2002, e mais tarde num livro editado pela Temas e Debates: A Filha Rebelde.

PUB.

RESTAURANTE GRELHA DO PAÚL ESPECIALIDADE EM FRANGO À GUIA

Com diárias a 6,50€, almoços ou jantares, todos dias excepto Domingos e Feriados. Também com sala para petiscos diariamente e com Churrasqueira com venda para fora (take away) por encomenda.

AO DOMINGO COZIDO À PORTUGUESA

Contactos: 262 843 162 - 925 061 501 - 912 235 856

(2700)

RAZÃO MODERNO

Decoração e Serralharia em Inox, Lda.

- Corrimões
- Guardas
- Cancelas
- Portões
- Gradeamentos
- Polimentos
- Esmerilamento
- Passivação
- Limpezas

DECORINOX

www.decorinox.com.pt

decorinox@sapo.pt T. 91 25 19 44 9

Desentupimentos

DesentoPressão, Lda.
www.desentupimentos-sos.com

Hidro Jacto a Alta Pressão • Sucção por Vácuo
Bombeamento de Águas • Inundações

PIQUETE 24 HORAS
937 507 000 • 910 507 074
CALDAS DA RAINHA

Recortes da República

O clero e a República

Com a implantação da República é banido o ensino da "doutrina cristã" nas escolas primárias e instituído o registo civil obrigatório, para que os cidadãos pudessem nascer, casar e morrer, sem terem que prestar contas à Igreja Católica, retirando-se relevância aos registos paroquiais, que tinham sido até àquele momento a única forma de solenizar esses acontecimentos.

Apesar da hostilidade do novo regime, vários padres da região aderem ao partido republicano logo após a revolução, ainda no ano de 1910, como acontece com o pároco de Salir de Matos, Manuel Delgado, e de Santa Catarina, Agnelo Monteiro Dinis, de acordo com a lista publicada no semanário caldense *Direito do Povo*, de 22 de Janeiro de 1911.

O novo regime define como alvo preferencial a congregação jesuíta, e nos jornais da região são frequentes os ataques a estes prelados, relativamente aos quais o líder republicano Miguel Bombarda chegou a preconizar a deportação para uma ilha deserta ou o internamento em manicomírios.

Sobre estes padres, lêem-se acusações na edição do *Direito do Povo*, de 8 de Janeiro de 1911, que ilustram o ambiente hostil que enfrentam:

«[...] Os jesuítas [...] celebre e extinta companhia de verdadeiros antropófagos da consciência e do dever humano [...]. Qual serpente que pelo magnetismo dos seus olhares atrai o indefeso passarinho, assim o jesuíta tem sabido atrair a si todas as conveniências pessoais, filhas da fraca consciência e ignorância do povo rude, a que o desprezo pela instrução de tantos anos de monarquia o lançou. Quantas dezenas de donzelas submetidas á atroc tortura do confessionário, foram arrebatadas dos lares dos entes que lhe deram o ser para que a beleza que a natureza lhes prodigalizou e os bens de riqueza dos seus antepassados, fossem cair aos pés d'esses miseráveis? [...]».

Conclui o cronista, promovendo a sacralização da sociedade instruída, em oposição aos ensinamentos da igreja: «[...] Si-gamos os preceitos da religião verdadeira - instrui-vos, educa-e-vos e convosco será o reino da gloria [...]». novamente preso, como

A imprensa regional rende-se deslumbrada ao carisma de Afonso Costa, rosto do anticlericalismo republicano, como acontece com o conservador e monárquico *O Círculo das Caldas*, recém-convertido à República, na edição de 2 de Abril de 1911: «[...] A expulsão das ordens religiosas, as leis da família, lei do divórcio e Código do Registo Civil, bastariam sobejamente para que o vosso nome aureolado de Glória e enobrecido de prestígio, apontado fosse ás gerações vindouras com lidima glória de que uma raça se orgulha [...]».

Na edição do *Leiria Ilustrada* de 29 de Abril de 1911, o correspondente caldense Adriano Teixeira Pinto fala da "côngrua paroquial" e da influência política que os padres mantêm nas aldeias:

«[...] Como não puderam este ano andar de casa em casa a dar conselhos e a fazer a respectiva colheita do que faz falta ao povo para dar pão aos filhos, vestidos dos habitos sacerdotais, nem por isso desistiram. Usaram do trajo secular e foram eles de casa em casa com o Christo sonegando debaixo do casaco, acompanhados do sachrista para lhes conduzir a respectiva esportula¹. Tudo isto se fez e tem feito n'este concelho e para que o povo fanatizado não continue a ser vilmente enganado e explorado, é preciso que nestas localidades se façam comícios e conferencias de propaganda já que não se fizeram no tempo da monarquia [...]».

Quando desejávamos que o administrador do concelho fosse pessoa estranha e desconhecida nesta vila [...] desejávamos evitar que essa autoridade se convertesse em cacique republicano captando as simpatias dos padres reactionários das freguesias onde o povo por eles esta dominado pelo fanatismo e nestas condições dão o voto a quem o padre quizer [...]».

Nos jornais da região há registo do julgamento de padres que utilizam o púlpito como tribuna contra o novo regime, como acontece no semanário *O Radical*, que na edição de 6 de Abril de 1911, dá notícia da condenação do padre Paulo Machado, da Marinha Grande, na pena de dez dias de prisão, suspensa por dois anos «acusado de atacar na igreja as leis da República», novamente preso, como



■ Manifestação anticlerical realizada em Lisboa no dia 14 de Janeiro de 1912, Ilustração Portuguesa, n.º 309, página 112.

relata a edição de 6 de Julho do mesmo ano «[...] accusado de ter deitado uma bomba de dynamite á porta da sua residência, a fim de acusar alguns republicanos daquela vila, os quais eram incapazes de ter praticado o feito [...]».

A crise entre o novo regime e o clero agrava-se, emitindo os bispos portugueses uma pastoral, contra a qual se insurge *O Radical* de 2 de Março de 1911, acusando-os de estarem «[...] em guerra aberta com a República que tão benevolente-mente os tem tratado e que tão generosa tem sido, talvez até em demasia, para com aqueles que pregavam e pregam ainda que surdamente a guerra santa sem tréguas contra ella [...]».

A Lei da Separação da Igreja e do Estado, de 20 de Abril de 1911, ao contrário do que sugere a sua denominação, constitui uma verdadeira integração do culto católico na hierarquia estatal.

A Igreja perde a identidade jurídica e a dependência de Roma, passa a ser considerada culto interno sob licença estatal, dependendo as manifestações religiosas de prévia autorização escrita da autoridade administrativa, que só as podia conceder nas localidades onde estas manifestações constituíssem «um costume inveterado da generalidade dos cidadãos».

A lei é interpretada como persecutória pelo clero, contrariamente ao que defendem os jornais republicanos da região, como ocorre com o semanário *Leira Ilustrada*, que na edição de 29 de Abril de 1911, assume a intransigente defesa da lei e do seu autor: «[...] A nova lei não é, como muitos desejavam, uma medida de perseguição, antes pelo contrário, é uma lei com a mais ampla liberdade para todas as religiões, no domínio das consciências e dentro da orientação da República. [...] é uma lei que veio glorificar o governo e que honra sobremaneira Afonso Costa, esse grande e luminoso espírito, glória de um país, e até mais, da humanidade [...]».

Também contra a lei do registo civil erguem a voz alguns padres nos seus púlpitos, ousadias asperamente censuradas na imprensa da época, como acontece no semanário caldense *O Defensor*, de 14 de Dezembro de 1913: «Padre caranguejo. Este tonsurado, que também se dá pelo nome de Padre de Santa Maria, numa festa religiosa que se realizou em Traz do Outeiro no dia 8 do corrente, vomitou a sua bilis venenosa de charcal, como é, contra a lei do Registo Civil obrigatório, indispondo o povo daquele logar contra uma tão basilar lei da República. Ao Sr. Administrador do Concelho de Óbidos, pedimos enér-

gicas providências para fazer entrar na ordem o tão celebrado padre que de caranguejo foi cognominado, quando á frente dum grupo de beatas pretendeu vexar os liberais do concelho vizinho, com manifestações que só eram próprias do extinto regime».

Deu brado, ainda no ano de 1910, um conflito que opõe o professor primário de Santa Catarina, Guilherme Júlio de Moura Burguette, ao pároco Agnelo Monteiro Dinis, devido ao facto de este ter transferido as cerimónias religiosas de Nossa Senhora do Rosário para as quatro horas da manhã, mandando picar os sinos às três em ponto.

A intervenção sensata e isenta do administrador do concelho Joaquim Manuel Correia, evita males maiores, mas há feridas que nunca cicatrizam e o pároco de Santa Catarina, apesar de inscrito no partido republicano, não cessa de predicar contra o novo regime, abandonando por ser expulso da sua paróquia, como notícia em 17 de Outubro de 1913 o semanário *O Radical*, que, de forma surpreendente, assume a sua defesa²: «[...] O ministro da justiça, o venerável sr. Correia de Lemos, não teve péjio de manchar os seus cabelos brancos com um decreto odioso e injustificável: foi expulso da freguesia de Santa Catharina, concelho de Cal-

das da Rainha, o respectivo parocho, Padre Agnelo Monteiro Dinis. Dizem-nos que é um santo velho, respeitador das leis da República, amigo de todos os seus parochianos, profundamente estimado na freguesia inteira, onde residia há vinte e seis anos [...]. Tudo isto deixa de ser profundamente triste para ser profundamente revoltante, servindo apenas para crear odios e más vontades contra a República [...]».

O conflito da República com a igreja é uma guerra com frentes e resultados distintos: ganha pelo regime nos grandes meios urbanos, como em Lisboa, onde organiza gigantescas manifestações anticlericais, como a que se vê na imagem que acompanha este texto; irremediavelmente perdida no mundo rural, que se sente ofendido nas suas crenças ancestrais.

(Footnotes)

¹ Gratificação em dinheiro.

² Também nas edições de 22 de Agosto e de 19 de Setembro de 1913,

O Radical defende o regedor de Santa Catarina José Joaquim Bernardino, julgado com a acu-

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Recortes da REPÚBLICA

A mulher e a República

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Estranho paradoxo. A República elege como seu símbolo o busto de uma mulher, coloca-a num pedestal e esquece-a.

Nos jornais caldense colhemos pequenos textos, onde transparece o discurso legitimador da inferioridade social e política da mulher e a recusa de reconhecimento dos mais elementares direitos cívicos por parte do regime triunfante.

O *Direito do Povo* publica na edição de 22 de Janeiro de 1911, um texto de Teófilo Braga, membro do Directório do Partido Republicano e presidente do Governo Provisório da República Portuguesa a partir de 6 de Outubro de 1910, com o título «A mulher, o sentimento e a renovação social», onde se enaltece a sensibilidade feminina, que justifica o pedestal que a República lhe atribui, mas que não chega para legitimar o direito de voto que o regime lhe recusa.

Predicava assim o ilustre republicano: «[...] Para realizar a base renovadora da sociedade, não basta a "Razão" dos pensadores, nem a "Ação" ou energia dos proletários, é indispensável o impulso do "Sentimento", motor supremo e real base da unidade humana. É a Mulher que possui todo o poder impulsivo, para que se resolva o problema humano da constituição completa da força moral, destinada a modificar a força material. O Pensador deviaira nas especulações teóricas. O Proletariado agita-se sobre a pressão das suas necessidades; somente a Mulher é que, accordando o amor universal, leva a compreender a preponderância da Sociabilidade sobre a Personalidade [...]».

O semanário caldense *O Defensor* dedica um vasto espaço às suas leitoras, com o título «Jornal da Mulher», e dele se colhem curiosas pérolas, como a que se segue, onde se defende que, afinal, é a mulher quem comanda a vida do homem: «[...] A influência das mulheres abrange toda a vida. Amante, esposa, mãe, são três palavras mágicas que encerram todas as felicidades humanas. Ou imperam pela formosura, ou pelo galanteio, pelo amor ou pela rasão, sempre imperam. O homem aconselha-se com a mulher, obedece à mãe e ainda depois de finada, as ideias que dela recebeu passam a ser princípios mais robustos que as suas paixões [...]».

Na edição de 16 Agosto de 1914, o mesmo semanário caldense revela uma visão pragmática da educação feminina: «[...] As alunas dos grandes cen-

tos prescindem do ensino de agricultura, etc. Devem-se estes substituir pelo de economia doméstica, ensinar as pesagens dos géneros alimentícios necessários para um determinado numero de pessoas, a cozinhar, a calcular a vida da casa. Substitua-se-lhe os trechos realistas de Kok ou Zola pelo roda roupa [...]».

Finalmente, na edição de 27 Dezembro 1914, *O Defensor* justifica a diferença entre o que deve ser ensinado a eles e a elas: «[...] A educação feminina dá margem a considerações engraçadíssimas. Que é um desastre as raparigas lèrem, porque isso facilita as relações amorosas. Basta conhecerem a luas no Borda d'Água do Teixeira, ou a grafia dos envelopes do irmão militar. O programa elaborado para o rapaz já é mais lato. Abrange o Lunario Perpetuo, e o Manual Enciclopédico [...]».

Na imprensa caldense colhemos referências a duas mulheres republicanas que na vila termal lutaram pela dignificação do seu estatuto: a poeta Maria Clara Heller Caldas, que Luís Teixeira, na *Gazeta das Caldas* de 14 de Outubro de 1928, coloca na gênese do movimento que dará origem ao centro republicano que surge na vila em 1906 e que mais tarde assumirá o nome de Cândido dos Reis; e uma misteriosa feminista que assina com as iniciais «E. A.», e que convoca as mulheres caldensem num manifesto publicado na edição de 18 de Dezembro de 1910 do semanário *Direito do Povo*, que reza assim:

«Mulheres portuguesas, avante.

Caminhar para os progressos guiados pelo sublime ideal da Democracia! É preciso que a mulher se edique, se instrua e se componetre dos seus deveres sociais; é portanto urgente abrir caminho seguro para aspergir a luz, educando, instruindo, rasgando para todo o sempre o negro veu que envolve as trevas da ignorância. [...]»

Eis pois o fim d'este modesto alvitre: despertar d'esse entorpecimento as damas de todas as classes sociais das Caldas, com o fim de fundar um Centro Democrático Feminista, cujos fins humanitários são baseados em duas únicas palavras: - Instrução e Caridade [...].

Espero que não serão lançadas ao vento as minhas palavras dictadas por um sentimento espontâneo d'uma alma de mulher portuguesa [...].

Ainda no ano de 1910, como



Dr.ª Carolina Beatriz Ângelo

PRIMEIRA MULHER QUE VOTOU EM PORTUGAL, NO DIA 28-5-1911, NAS ELEIÇÕES ÀS CONSTITUÍNTES

Foto de Carolina Beatriz Ângelo (Colecção António Pedro Vicente)

noticia a *Ilustração Portuguesa* de 29 de Janeiro de 1912, o catedrático de Coimbra Marnoco e Sousa publicava «um denso volume de matéria constitucional que meses antes fôra prelecionado, pagina por pagina a seus discípulos [...] vendido como canela entre jovens parlamentares [...]».

No capítulo referente ao direito ao voto, predica o ilustre professor: «[...] Ora, se se não pôde admitir a doutrina de Stuart Mill, que iguala a mulher ao homem sob o ponto de vista mental, é certo que também não se pode negar á mulher a inteligência suficiente para o exercício da função eleitoral. Já lá vão os tempos em que a mulher era considerada por Proudhon uma organização sustada ao seu desenvolvimento, e por Michelet, uma desequilibrada, que merecia unicamente compaixão [...]».

Em 1910, num universo de 1262 alunos, a Universidade de Coimbra tem apenas cinco alunas, e uma delas, Maria da Conceição do Sameiro Ferro da Silva é aclamada delegada da Faculdade de Medicina, o que leva a *Ilustração Portuguesa* na edição já referida, a proclamar apressadamente o triunfo do feminismo em Coimbra.

A mentalidade dominante justificará o facto de Roque Gameiro, na célebre aguarela co-

memorativa de revolução do 5 de Outubro, retratar um conjunto de 161 destacados republicanos, numa imagem dominada por uma mulher de peito descoberto e espada em punho, atribuindo a honra de figurar na galeria dos notáveis da República, a uma única mulher entre os 160 homens: Ana de Castro Osório (fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas).

Na lei eleitoral de 1911, elaborada pelo médico caldense Leão Magno Azevedo, a República recusa a igualdade de direitos cívicos, sendo o direito de voto reconhecido apenas a «cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família».

Carolina Beatriz Ângelo, viúva e mãe, invoca a qualidade de chefe de família e requer ao presidente da comissão recenseadora, a inclusão do seu nome no recenseamento eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1911.

Confrontada com o indeferimento liminar do seu pedido,



Busto da República

não se resigna e recorre para o tribunal, com o argumento de que a lei não exclui expressamente as mulheres.

Assistiu-lhe razão. A exclusão era intenção do legislador republicano, mas a ambiguidade da sua formulação permitiu

ao juiz João Baptista de Castro proferir sentença favorável, em 28 de Abril de 1911, com lucidez, bom senso, e um inabalável argumento de interpretação literal: «[...] Excluir a mulher [...] só por ser mulher [...] é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano. [...] Onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir [...] mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral».

Munida da decisão judicial, Carolina Beatriz Ângelo comparece na assembleia de voto de Arroios, como notícia o jornal *A Vanguarda*, edição de 31 de Maio de 1911.

Diz o jornal lisboeta, que «[...] O presidente da Meza [...] Constâncio de Oliveira consultou a meza sob o ponto de vista legal, que, em seu espírito, não oferecia duvidas [...]», justificando mais tarde essa consulta, apesar da sentença judicial, nestes termos: «[...] porque me constara que o governo provisório tinha consultado o procurador geral da República acerca da sentença do juiz que mandou incluir o nome d'aquella senhora no recenseamento eleitoral e ainda por que a aceitação da lista representava o reconhecimento do voto ás mulheres, assumpto que tem ser-

vido de thema a largas discussões [...]».

Na explicação final, do presidente da mesa de voto revela-se a recusa da paridade, por detrás da condescendência vazia do discurso masculino, tão típica da época: «[...] a meza não podia deixar de aceitar a lista. E recebi-a com a mesma satisfação, como se pode, por exemplo, receber uma flor que nos é oferecida por uma dama, com quem estamos permutando amabilidade e gallanteios [...]».

O gesto de coragem desta mulher tem como consequência imediata um retrocesso na lei. O Código Eleitoral de 1913 determina que «são eleitores de cargos legislativos os cidadãos portugueses do sexo masculino maiores de 21 anos ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português, residam no território da República Portuguesa».

As mulheres portuguesas teriam de esperar pelo ano de 1931 para lhes ser concedido o direito de voto e, ainda assim, com restrições: apenas podiam votar as que tivessem cursos secundários ou superiores, enquanto para os homens continuava a bastar saber ler e escrever.

Recortes da República

Correspondentes

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Naquela época os jornais não cultivavam a aparência da isenção que legitima a credibilidade. Pelo contrário, assumiam-se sem reserva como porta-vozes de um grupo político, ou mesmo de um líder, que defendiam de forma intransigente, tornando posição em querelas e polémicas sem facultar o contraditório aos opositores.

Qualquer político relevante tinha necessariamente por detrás de si um jornal que o apoiava. A título de exemplo: Afonso Costa teve sempre a seus pés *O Mundo*; António José de Almeida fundou e dirigiu o jornal *República*; Brito Camacho criou o jornal *A Luta*, que começou por ser um centro de conspiração anti-monárquico; e Machado Santos, herói da Rotunda, eternamente inconformado com o caminho por onde seguia a "sua" revolução, surzia Afonso Costa n'O *Intransigente*.

Na sede do distrito, pontificavam dois semanários: o *Leiria Ilustrada*, que apresentava como "director político e proprietário" o deputado Gaudêncio Pires de Campos, e *O Radical* que promovia o seu "director e proprietário" deputado Ribeiro de Carvalho.

Por cá, na vila termal, o *Direito do Povo*, propriedade de João António Duarte, anuncia-se como "Órgão do Partido Republicano nas Caldas da Rainha", *O Defensor* definia-se como "Semanário Republicano", e *O Círculo das Caldas*, monárquico até 21 de Outubro de 1910, data em que anunciou a sua conversão ao regime republicano, manteve sempre a designação de "Jornal Político, Literário, Agrícola, Sportivo e Noticioso".

Na inevitável coluna "Correspondências", os jornais da época davam a palavra aos seus representantes, que faziam chegar às redacções os ecos das lutas políticas nos vários concelhos, devidamente interpretados de acordo com a respectiva linha editorial.

O estatuto de correspondente de um grande jornal, por um lado dava ao seu titular inegável importância política, mas por outro atirava-o para a fogueira da polémica, de onde naquele tempo ninguém saía incólume, como o leitor concluirá dos exemplos que se seguem.

A primeira nomeação de Maldonado Freitas para administrador do concelho, gera paixões e rancores que ultrapassam as

fronteiras da vila termal, relatados pelos correspondentes de acordo com a posição que os respectivos jornais assumem no conflito.

O correspondente do jornal *O País*, desvaloriza a agitação que se vive na vila, tornando posição ao lado do administrador nomeado, e a reacção de *O Círculo das Caldas* não se faz esperar.

Na edição de 2 de Abril de 1911, o semanário caldense, inimigo fidalgo do farmacêutico, num feroz ataque contra o correspondente, não lhe poupa injúrias: «*N'uma correspondência d'esta villa, inserta no "Paiz" de 25 de Março último, pretende-se torpemente apagar a eloquente significânia que teve o ruidoso protesto da grande maioria dos habitantes d'esta villa contra a nomeação do sr. Custodio Maldonado Freitas para administrador d'este concelho. Esta correspondência, onde a incapacidade intelectual do seu autor corre parrelhas com a perversidade do mesmo [...] Afiram-nos que o correspondente desta villa para o "Paiz" é um decrepito irrissório pela sua vaidade balofa, que há anos anda a servir de petisco aos caldense, patenteando a maluquice com que a natureza o dotou, decrepito que sendo reaccionário até ao 5 d'outubro, armou depois dessa data em republicano radical [...]*

Assumindo posição contrária, Adriano Teixeira Pinto, correspondente do *Leiria Ilustrada*, enfatiza a contestação ao nome do administrador, e no mesmo jornal, nas edições de 29 de Abril e de 20 de Maio de 1911, é alvo de um ataque de Avelino Soares Belo, desferido em duas violentas cartas com o título «*Varrendo a testada*».

Na edição de 20 de Maio, o ceramista republicano acusa o correspondente do jornal leirense de acompanhar o líder dos "caceteiros" que, alegadamente, pretendiam agredir a nova autoridade administrativa: «*[...] Deram um assalto ao ato da posse do novo administrador para o pôr pela janela fora, mas os que taes intenções levavam, vendo a atitude do povo, viram-se obrigados a descer pelas janelas. Á noite houve desafio. Um rancho de 20 ou 30 arruaceiros, armados de paus, dos casas a duas leguas d'esta vila, entraram n'esta pacata e ordeira povoaçao, ensarilhando os seus*



■ Composição gráfica de Inês Querido

cacetos na praça, insultando o povo da vila e dando morras a Freitas em frente da sua porta. Ao chefe dos arruaceiros dirigiram os meus cumprimentos porque éramos conhecidos, estava com ele o meu contendor [...] que tanto o defende e que desapareceu com ele [...].»

Apoianto desde a primeira hora, do centro republicano Almirante Reis e do seu líder Custódio Freitas, a direcção do jornal leirense em nota de redacção que se segue à carta de Avelino Belo, censura o seu colaborador, que acabará por perder o lugar: «*[...] Ao nosso correspondente das Caldas da Rainha, um dedicado cooperador d'este jornal, pedimos para se abster de referências á actual situação política, pois não queremos que alguém suponha que temos em mira desconsiderar seja quem for, ainda porque d'essa abstenção pode resultar a paz que na mesma vila tem faltado [...].*

Os correspondentes chegam mesmo a utilizar a sua função para intervir na disputa política, de acordo com o testemunho do *Direito do Povo*, referente a um comício adiado.

Vejamos os vários folhetins em que se desenvolve esta estranha história.

O Partido Republicano nas Caldas organiza um comício para o dia 20 de Novembro de 1910, para o qual convida dois oradores: Alexandre Braga e Malva do Vale.

Na edição de 20 de Novembro, o jornal republicano caldense dá notícia lacónica do adiamento: «*Foi adiado para dia*

signar-se, o comício que o Partido Republicano hoje devia realizar no Theatro Pinheiro Chagas, d'esta vila.»

Na edição seguinte, de 27 de Novembro, o mesmo jornal explica um pouco mais: «*[...] O comício foi adiado porque os ilustres cidadãos drs. Alexandre Braga e Malva do Valle, os dois mais brilhantes oradores que n'elle deviam tomar parte, dirigiram para a comissão organizadora os seguintes telegramas: [...] Dr. Arthur Leitão, Caldas da Rainha "Nada prevenido vijornaes comício dia 4 comprometido, impossível ir" Alexandre Braga [...] Dr. Arthur Leitão, Caldas da Rainha "Motivo inadiável impossível comparecer comício". Malva.*

Recebidos estes dois telegramas, o primeiro dos quais foi provocado por lastimável erro, no Século [...], apressou-se o dr. Arthur Leitão a comunicar-las á comissão respectiva, aconselhando o adiamento do comício, o que foi aceite [...] Ora a teem os senhores a razão do caso estranho [...].»

Era correspondente dos jornais O Século e O Mundo, na vila termal, Gonzaga Gomes, que foi um dos mais próximos colaboradores de Rafael Bordalo Piñheiro².

Na edição de 25 de Dezembro, o *Direito do Povo* publica um texto assinado por "J. Cláudio F. Sotto Mayor"³, onde se atribui toda a responsabilidade pelo adiamento, ao correspondente da vila termal dos jornais O Século e O Mundo.

Mesmo para os padrões da época, o texto em causa⁴ surpreende pela violência injuri-

sa:

«*[...] Creado na Mouraria, apanhando pontas de cigarros para vender aos rufiões, fazendo serviços a collarices e aprendendo com tão amados compaheiros o seu calão e manhas, já rapazola, teve artes de se agarrar á têta com que os nossos prodigos governantes beneficiaram a Fábrica das Faianças, e, exgotada a têta e o dinheirão dosacionistas, tratou aquele homunculo de se arranjar por outro lado.*

Então ao seu bestunto sugeriu a idéia de se fazer informador de jornaes e lá, nas redacções, corrigiram os erros dos seus escritos [...].

Para 20 de novembro foranunciado um comício no Centro Cândido dos Reis; o trapaceiro, com o propósito de o transtornar, noticiou n'O Século do dia 19 que o comício seria no dia 4 do próximo mês de dezembro.

Os conferentes (Dr. Alexandre Braga e outros), cuidando que tal mudança de dia era resolução dos dirigentes d'aqui, resolveram não vir, não havendo tempo para desfazer a traça [...].

Também no semanário *Direito do Povo*, na edição de 8 de Janeiro de 1911, Avelino Belo revela a sua profunda inimizade com o correspondente de O Século e O Mundo, narrando um conflito ocorrido 16 anos antes, quando ambos trabalhavam na Fábrica de Faianças.

Na sua versão, tudo começou com uma discussão, durante a qual o ceramista desferiu uma bengalada no futuro correspondente dos jornais O Século e O

Mundo. Decorridos alguns dias, quando se encontrava a trabalhar na sua bancada, terá sido esbofeteado "à traição". Pediu a intervenção de Bordalo Pinheiro e «em presença de todos, o Mestre admoestou aquele empregado duramente, [...] proibindo-o expressamente de voltar àquela oficina».

Como diziam os romanos, para a história apenas ficam as palavras escritas, porque as outras, leva-as o vento (*verba volant scripta manent*).

Se nos limitássemos à leitura do *Direito do Povo*, ficaríamos com uma ingrata ideia da personalidade de Gonzaga Gomes.

Mas sobre ele outras páginas se escreveram.

Foi um dos mais próximos colaboradores de Rafael Bordalo Pinheiro, desempenhou funções administrativas e comerciais, mantendo-se depois da morte do Mestre, ao lado de seu filho, Manuel Gustavo.

A este colaborador, dedicou Bordalo Pinheiro uma das suas mais belas peças de cerâmica, com dedicatória desculpando-se das muitas dores de cabeça que lhe fez sofrer, devido aos seus desmandos financeiros, e em 1902, Abel Botelho referia-se a Gonzaga Gomes como «*[...] o honestíssimo administrador da fábrica, executando verdadeiros jogos malabares de economia e tino prático, mercê dos quais vai conseguindo fazer singrar com relativa tranquilidade e segurança a melindrosa instituição da fábrica [...].*

(Footnotes)

¹ O primeiro e único jornal caldense exclusivamente dedicado ao desporto, chamava-se Desportivo, teve publicação quinzenal, sendo a sua primeira edição de 1 de Dezembro de 1924.

² Na versão de S.P. Danton, José de Almeida Pedroso, republicano histórico caldense, foi substituído por Gonzaga Gomes como correspondente de O Mundo «por recomendação de Francisco Grandella e influências de Sebastião de Lima».

³ Joaquim Cláudio Freire Sotto Mayor, presidente da Câmara das Caldas em 1905, filiado no Partido Republicano após o 5 de Outubro.

⁴ Este texto veio a ser reproduzido quase na íntegra por S.P. Danton em A Questão Política nas Caldas da Rainha.

⁵ Citado por João B. Serra, in Arte e Indústria na Transição para o Século XX: a fábrica dos Bordalos [Análise Social, Vol. XXIV (100), 1988 (1.º, 275-311)]

Recortes da República

Greves e outros conflitos

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Existe uma tendência, talvez confirmada por estas crónicas, para julgar a República como época de balbúrdia, isolando-a do contexto histórico que a condicionou, como se o mundo à nossa volta tivesse permanecido parado, em paz e sossego, como se as últimas décadas da monarquia tivessem sido tempos de tranquilidade.

Não é verdade.

O julgamento desses tempos conturbados, implica um olhar mais longo, mais crítico e mais abrangente.

Pela Europa, com o atentado de Sarajevo em Junho de 1914, acende-se o rastilho que há-de conduzir à Primeira Guerra Mundial, com mais de 8 milhões de mortos, 20 milhões de feridos e 6 milhões de inválidos. Nos escombros da guerra desmembram-se impérios históricos, altera-se o mapa europeu, impõe-se a perda de territórios e o pagamento de indemnizações à grande potência vencida, rastilho de um outro conflito mundial que deflagrará alguns anos depois. Na Rússia de 1917 ecloda de uma revolução que vai abalar o mundo. Vivem-se tempos de desassossego entre o Atlântico e os Urais.

Por cá, antes do triunfo da república, na "monarquia sem monárquicos" – designação atribuída a D. Carlos - alternam de forma pendular, governos de dois grandes partidos, com pequenas diferenças programáticas: o Regenerador de Hintze Ribeiro e o Progressista de José Luciano, numa "dança de cadeiras" que João Franco, dissidente do Partido Regenerador, baptizou por "rotativismo".

Com a viragem do século, ocorre a cisão e fragmentação dos grandes partidos.

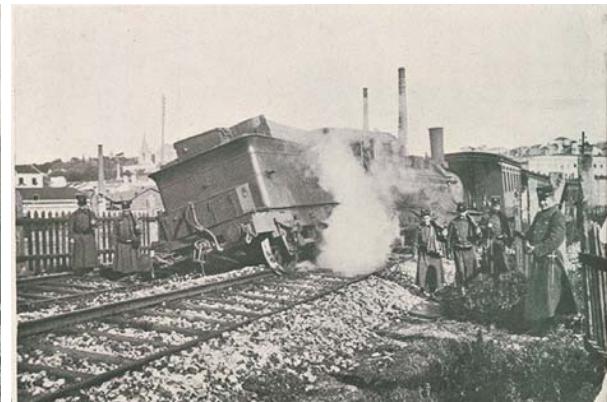
A política deixa de se resumir à rotina da rotação, expondo o rei, com um acréscimo de intervenção política (como no incondicional apoio à impopular ditadura de João Franco), o que agrava de forma insustentável o seu estatuto, tornado objecto de discórdia em vez de quadro de referência.

A agitação política é permanente. Em menos de dois anos (entre Novembro de 1899 e Outubro de 1901), realizam-se quatro eleições para deputados

No início do Outono de 1910, enquanto a monarquia agoniza, Lisboa paralisa com greves dos corticeiros, tanoeiros, garrafeiros e outros ofícios, calculando-



Fotos Ilustração Portuguesa, n.º 414, página 123: Descarrilamento de comboio em Alcântara e o comboio n.º 354 descarrilado em Sacavém durante a greve dos ferroviários.



se em 12.000 o número de operários corticeiros em greve, só na margem sul.

A Monarquia tolerava a greve, apesar de formalmente a proibir, tipificando-a como crime no artigo 277.º do Código Penal.

Com a República é formalmente instituído o direito à greve.

Após o 5 de Outubro, o movimento grevista ganha nova energia, e os jornais, sem porem em causa o direito, questionam a legitimidade, culpabilizando a reacção monárquica pela instabilidade social, como faz *O Século* na edição de 26 de Outubro de 1910, a propósito da greve dos carroceiros: «[...] Não há dúvida que a greve é um meio de defesa do operariado, legítimo e sanctioned pelas leis de todos os países cultos [...]. Todavia, por muito justas que sejam as reivindicações operárias que determinam esses movimentos, parece-nos que ocasiões há em que o interesse da comunidade deve prevalecer a tudo [...]». Neste momento, as greves, longe de beneficiarem quaisquer classes

trimestres, atingindo o número de 268.000 grevistas¹.

Há quem defendia que a forcada exclusão do Partido Socialista Português (fundado em 1875) da política parlamentar, através da lei eleitoral de 1911, reforçou a posição dos anarcos-sindicalistas², factor que justificaria a radicalização dos movimentos grevistas.

No início de 1914 desencadeia-se uma greve nos caminhos-de-ferro, que afecta particularmente a vila termal. Os grevistas isolam Lisboa fazem descarrilar comboios e cortam linhas telegráficas, levando à intervenção das autoridades civis e militares.

O semanário *Leiria Ilustrada*, na edição de 17 de Janeiro de 1914, dá conta da reacção das autoridades nas estações do distrito: «Na quarta-feira ultima puseram-se em greve os ferroviários da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, deixando de circular nesse dia os comboios nas linhas da mesma Companhia. [...] No distrito de Leiria estão as estações de posse das autoridades administrativas e ocupadas pela força militar, conforme as ordens recebidas do governo. Oxalá não se faça esperar a solução deste assunto que está causando imensos transtornos a muita gente».

Os semanários leirienses divergem sobre o tema. Mais próximo do governo de Afonso Costa, o *Leiria Ilustrada*, na edição de 24 de Janeiro de 1914, estranha a oportunidade do protesto: «[...] Acreditamos que aos grevistas alguma razão assista, sendo apenas para estranhar que certas classes que no anti-governo regne nuca suspenderam o trabalho, nos três anos de *República* se tenham posto em greve.

A contestação social virá a assumir particular relevo no conturbado ano de 1917, com 256 greves contabilizadas em três

ve por várias vezes [...]. Do outro lado da barricada, *O Radical*, na edição de 22 de Janeiro, aponota um dedo acusador ao governo republicano: «[...] No paiz vae-se pronunciando um completo desascocego. [...] E o governo o que faz perante este medonho espectáculo? Manda prender e espadeirar os grevistas, que não se submettem aos desejos da companhia, sem porventura, attender a que elles estão dentro do uso d'um direito que a lei lhes concede [...]. Satisfaz-se em mandar tropas para as estações dos caminhos de ferro [...]».

Administrador do concelho, Custódio Maldonado Freitas ocupa a Estação dos Caminho e Ferro na vila termal e toma providências para viabilizar a circulação de comboios.

Reconhecido e elogiado na imprensa da capital, o zelo do administrador caldense é alvo da ironia do semanário *O Radical* de 22 de Janeiro de 1914, que lhe dedica um dos textos mais hilariantes da imprensa regional da época:

«O nosso Maldonado Freitas, alcalde das Caldas da Rainha, tem sido o homem da situação. Todos os dias os jornais de Lisboa inserem cuidadosos telegrammas, dando-nos conta da sua acção heroica e notabilíssima na greve dos ferroviários.

Freitas come na estação.
Freitas bebe na estação.
Freitas dorme na estação.
Freitas, enfim, faz na estação o que manda o regulamento.

Freitas chegou á estação e não esteve com meias medidas: viu e venceu.

Metteu os empregados em bôlso, fechou o telégrapho em outro, arrecadou o material circulante na copa do chapéu,

mandou vigiar pela solicita formiga branca das Caldas³ todas as entradas da villa - e sentou-se depois em um wagon abandonado a contemplar a própria glória.

De hora a hora telegrammas para os jornaes. Alli, perto do Freitas não havia greve. Alli nos seus domínios não surgia a sombra de um grevista. Viessem comboios, muitos comboios, quantos comboios o governo quizesse - e o Freitas, crescendo á vista do publico, tal como aquelle phenomeno que esta no Colyseu, os faria circular livremente.

Mas não vieram os comboios, não apareceram os comboios, e o Freitas não poude completar a sua obra. No livro de ouro da sua accão na greve faltou essa pagina estupendamente gloriosa. Em todo o caso, registe-se para constar da historia:

Freitas comia na estação.
Freitas bebia na estação.
Freitas dormia na estação.
Freitas, enfim, faz na estação tudo o que manda o regulamento.

Justiça aos próprios adversários.

*Na edição de 22 de Fevereiro de 1914, o semanário caldense *O Defensor* lamenta o anúncio do pedido de exoneração do administrador Maldonado Freitas.*

*Diferente posição tem o semanário leiriense *O Radical*, que depois de exultar com o abandono do cargo por parte do polémico farmacêutico, na edição de 19 de Março afirma que este, deixou o cargo mas não o poder: «[...] estâmos na mesma como d'antes, se é que não estamos peor aínda. O alcalde Freitas pediu a demissão, mas ficou a mexer os cordelinhos por detrás da cortina [...] de modo que*

o presidente da câmara é apenas um humilde e respeitoso servo ás ordens do alcaide [...].

O articulista, que assina "Braz de Salir", não esconde a aversão pela figura do farmacêutico, numa prosa nas margens do insulto pessoal, típica da época: «[...] Quem nos havia de dizer a nós, filhos das Caldas, amigos da nossa terra, que ainda havíamos de ver este alcaide de metro e vinte de altura, a mandar em tudo isto, a dispor de tudo e de todos, como se já não houvesse caldense, como se aquella creatura, sem inteligencia, sem prestigio, sem educação, fosse aqui rei e senhor absoluto [...]».

Incondicional apoiante de Sebastião de Lima, o semanário leiriense não lhe perdoa a afrontada a aproximação a Maldonado Freitas: «[...] Dizem-nos que o nosso amigo, sr. Sebastião de Lima, a cujo carácter sempre prestámos homenagem, já recebe o Freitas em sua propria casa, já o ouve, já o atende também. Se assim é, não invejamos ao nosso amigo Lima esta ridícula transigência... Antes a morte [...]».

Não bastou a acção enérgica do controverso administrador durante a impopular greve dos ferroviários, para gerar um mímino de consenso à volta da sua figura. Amado por uns, odiado por outros. Com ele nunca foi possível a indiferença.

(Footnotes)

¹ De acordo com José Manuel Tengarrinha (Estudos de História Contemporânea de Portugal - Caminho)

² Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, 6.ª edição, pág. 200.

³ Milícia clandestina, composta sobretudo por carbonários

Recortes da REPÚBLICA

República nas Caldas

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

queiro e Miguel Bombarda, que chega a preconizar a deportação do clero para uma ilha deserta ou o seu internamento em manícos.

No jornal *A Vanguarda*, de 23 de Outubro de 1910, louva-se a ordem do ministro da guerra «[...] prohibindo que as forças de terra, ar e mar não arregimentadas assistam a esse estupido espetáculo que se chama missa e com que a padrinhada engrola os tólos, ah! pelas egrejas [...]».

Na edição de 6 de Novembro, o mesmo jornal chama «manhoso» ao bispo da Guarda, que declarava ter aderido à República, e nos jornais de circulação nacional todos os dias aparecem novas notícias contra o clero.

Na nação republicana, a Pátria era a única crença colectiva aceitável à luz da razão e da ciência.

Nos escombros da nação monárquica, o grito de revolta faz-se com duas palavras indissociáveis: trono e altar.

Vejamos o que se passa na vila termal.

Na lista publicada na edição do *Direito do Povo*, de 22 de Janeiro de 1911, surgem nomes de padres formalmente aderentes ao regime, como os dos párocos de Salir de Matos e de Santa Catarina, Manuel Delgado e Agnelo Monteiro Dinis.

No *Direito do Povo*, de 8 de Janeiro de 1911, os jesuítas são descritos como «verdadeiros antropophagos da consciência», «serpentes» e «miseráveis», e o semanário *O Defensor*, de 14 de Dezembro de 1913, exige uma actuação firme das autoridades contra um padre que «á frente dum grupo de beatas pretendeu vexar os liberais do concelho vishno».

Entre os dias 8 e 10 de Outubro de 1910, o administrador do concelho Joaquim Manuel Correia, para além do conflito entre o professor primário e o pároco de Santa Catarina (relatado na crónica *O Clero e a República*), enfrenta outros dois casos⁸: a prisão na vila por dois sargentos de infantaria n.º 7, do padre Francisco Carreto de Barros, director da Casa da Saúde do Telhal, membro da Ordem de S. João de Deus, com sede em Burgos, Espanha; e a prisão por dois soldados de artilharia n.º 1, e por carbonários civis, de 3 frades franciscanos, 10 empregados e 13 alunos menores, do Instituto Missionário Português



de S. Bernardino.

De acordo com o relato do historiador caldense João B. Serra, o administrador agiu com o habitual bom senso, libertando os presos, e teve que enfrentar uma pequena multidão, aos gritos de «abaixo os talassas e os frades», vendo-se forçado a «mandar prender um taberneiro mais exaltado».

Mais tarde, em 2 de Abril de 1915, ocorre a prisão do líder republicano Maldonado Freitas, acusado de «lançar bombas e despejar pistolas» sobre uma procissão (1.ª crónica desta série).

Concluindo, também quanto a esta matéria, o que se passou no país aconteceu, à sua escala, na vila termal.

3. A DEFESA DA REPÚBLICA

É conhecida a relevância do papel da Carbonária, no deflagrar da revolução de 5 de Outubro.

Esta força clandestina, no juramento iniciático interpelava os seus membros em termos que não deixam dúvidas sobre a sua vocação: «Estás tu, disposto a pegar numa arma - carabina, revólver, punhal ou bomba - e a esperar, onde quer que seja, um tirano do povo para executares nele justiça sumária?»⁹.

São inúmeras as referências nos jornais da época, à célebre «formiga branca» - milícia clandestina composta na sua essência por carbonários, considerada uma espécie de «exército

pessoal» de Afonso Costa, que combateu a política da «atração», e que a partir de 1911 criou «batalhões de voluntários» organizados em «comissões de vigilância e de defesa da república».

O mais famoso operacional da famigerada «formiga branca» em Lisboa é João Borges, também conhecido por «João das Bombas» (fotografado pela *Ilustração Portuguesa* numa das imagens que acompanham este texto), controlado por Afonso Costa.

Esta milícia garante ao líder o controlo da rua, com acções como o «empastelamento da imprensa monárquica», relatado e fotografado pela *Ilustração Portuguesa* na edição de 16 de Janeiro de 1911 (n.º 256, pág. 26), onde se dá conta do ataque aos jornais *Correio da Manhã*, *Diário Ilustrado* e *Liberl* que «atacavam o governo da República».

A Carbonária tinha um núcleo na vila termal¹⁰, e na edição de 22 de Janeiro de 1911 do *Direito do Povo*, há uma crónica subscrita por Galeno¹¹, verdadeiro grito de guerra, onde se sugere: «[...] organização de defesa á mão armada, da nova ordem social, com chefes nomeados provisoriamente pela própria população armada. Prisão imediata, em todo e qualquer lugar em que se encontrem os membros criminosos do extinto regimen: ministros, generais, chefes da polícia, assim como os caciques que ajudaram a levar este pobre paiz á ruina. A pri-

são d'estes personagens seria mantida até depois das constituintes, para não terem ocasião de perturbar a marcha da República [...]».

No *Leiria Ilustrada* de 18 de Novembro de 1911, é publicada uma carta subscrita por representantes do «Grupo Carbonário Vigilante Caldense», havendo relatos na imprensa regional da actuação deste grupo que se considerava legitimado a prender cidadãos só pelo facto de darem «vivas à monarquia».

O *Radical* de 22 de Janeiro de 1914 faz uma referência à «formiga branca», insinuando a sua existência na vila termal, e o seu controlo por Maldonado Freitas.

Também em matéria de «defesa da República», à sua escala a vila foi reflexo do país.

4. EM CONCLUSÃO

Logo após o 5 de Outubro o sector mais radical do Partido Republicano, com especial destaque para Brito Camacho (jornal *A Luta*) passou a exigir «a República para os Republicanos», visando a exclusão dos monárquicos de qualquer cargo público.

Esta ideia, defendida de forma intransigente pelo sector radical caldense (veiculada pelos jornais *Direito do Povo* e *Defensor*), comportava um risco de grande instabilidade social e política, dado que a revolução não tinha alterado minimamente a hierarquia social alicerçada na propriedade da terra, e o núcleo republicano caldense,

agrupado no único centro à data existente na vila, era composto na sua quase totalidade por operários, caixeiros e comerciantes, sem experiência de gestão da «res publica» e sem condições para suprir o eventual vazio de poder nas estruturas política e administrativa do concelho.

No conflito interno que opõe o directório republicano ao governo provisório, aquela estrutura partidária impõe o seu controle sobre o partido, anunciando que só reconhecerá as adesões à República efectuadas perante as comissões republicanas existentes antes do 5 de Outubro.

Esta posição revela-se favorável ao velho centro republicano caldense, que vem a assumir a designação de Almirante Cândido dos Reis, liderado por Maldonado Freitas, mas o triunfo da pragmática política da «atração» será a sua inevitável derrota.

A brecha provocada por divergências entre os republicanos «históricos» caldense é aproveitada pelos monárquicos formalmente aderentes ao novo regime «adesivos» que com elos fundam um novo centro republicano, baptizado com o nome de Miguel Bombarda, incondicionalmente apoiado pelo velho semanário caldense *O Círculo das Caldas*, também ele convertido ao regime triunfante.

No novo centro, com a bênção do poderoso Afonso Costa, por influência directa de Fancisco Grandela, há lugar para as duas figuras mais relevantes da monarquia na vila e mais detestadas pelo núcleo republicano «histórico» - o director do Hospital, Augusto Cymbron, e o notário Sebastião de Lima.

Nos tempos agitados que se seguem, todas as guerras da vila termal se irão travar entre inimigos políticos irreductíveis, entroncheados em centros rivais, sendo esta, talvez, a característica mais específica da agitação política caldense que, no mais, como já se concluiu, não diverge do que ocorreu por todo o país.

(Footnotes)

¹ «Numa casa sita na Rua dos Artistas» (*Direito do Povo* de 11.12.1910).

² De acordo com o testemunho de Adriano Teixeira Pinto no *Leiria Ilustrada* de 18 de Março de 1911, o primeiro centro

republicano da vila terá sido criado em 1891, como reacção à resignação da coroa portuguesa perante o ultimatum inglês.

³ Vasco Pulido Valente - A República Velha, 1910-1917.

⁴ Jornalista e médico, tem família em Caldas e goza da amizade de Sebastião de Lima e Francisco Grandela. Condenado a pena de prisão por crime de imprensa na ditadura franquista, em 1907, refugia-se na casa de Grandela na Foz do Arelho e escreve em 1908 um ensaio célebre e polémico sobre João Franco «Um Caso de Loucura Epiléptica».

⁵ Sucedeu a Joaquim Manuel Correia, no cargo de administrador do concelho (*Círculo das Caldas*, 10 Novembro 1910).

⁶ Pseudónimo de Sérgio Joaquim Príncipe (João B. Serra, Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911), redactor principal de *O Defensor*, curiosamente, filiado no Partido Republicano já depois de 5 de Outubro, de acordo com a lista publicada neste jornal, na edição de 22 de Janeiro de 1911.

⁷ Fez parte do Directório do PRP, e da Comissão de Resistência da Maçonaria, com José de Castro, Machado Santos e Miguel Bombarda, entre outros.

⁸ S.P. Danton refere uma proposta de Maldonado Freitas, no sentido de fusão dos dois centros caldense, e o semanário

O Radical, na edição de 19 de Março de 1914 dá notícia de encontros entre Maldonado Freitas e Sebastião de Lima, na casa deste.

⁹ Relatados por João B. Serra in Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911, tendo como fonte um manuscrito de Joaquim Manuel Correia. Estes casos não constam da imprensa da época.

¹⁰ Vasco Pulido Valente

- O poder e o Povo, 6.ª edição, pág. 94.

¹¹ Vasco Pulido Valente (*O poder e o Povo*, 6.ª edição, pág. 99), refere a existência desse núcleo, e S.P. Danton (*A Questão Política das Caldas da Rainha*, pág. 31), afirma que o mesmo é composto «por um grupo de mais de 60 filiados, todos republicanos», por oposição à Maçonaria, que diz ser maioritariamente monárquica.

¹² Nome simbólico de Custódio Maldonado Freitas, na Loja Maçônica Fraternidade de Óbidos, onde foi iniciado.

Reportes da REPÚBLICA

Padre António

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Pode acontecer a qualquer cronista.

Traça-se um percurso prévio, organiza-se um mapa por onde as crónicas hão-de evoluir ordenadamente, e eis que se tremelham, imprevisíveis, perdidas por veredas e atalhos.

Foi o que se passou com esta crónica.

Tinha-a reservado para a segunda série de "Reportes de Jornais" e, irresistivelmente, aparece nos "Reportes da República".

Trata-se de um padre, uma grande figura da sua época, que viveu longamente entre a monarquia e a república, mais comprometido com aquela do que com esta.

Através das amizades que cultivou, o padre António José d'Almeida fez a ponte entre o último representante da monarquia (se excluirmos o efémero reinado de D. Manuel), e o último representante do Estado Novo.

Na versão unânime dos jornais do seu tempo, era uma figura notável, como concluirão os leitores na prosa que se segue.

A lendária atracção do rei D. Carlos pela vila termal, chegou a ser motivo de crítica, no conturbado ambiente político em que reinou, como transparece de uma carta de António Cândido a José Luciano: «[...] el-rei continua a divertir-se nas Caldas, a divertir-se ruidosamente. Que mau efeito faz isto! [...]».

O historiador Alfredo Gallis faz referência a um amigo especial do rei, o padre António José d'Almeida, definindo-o como o único eclesiástico próximo do monarca: «[...] padre liberal e divertido, que preparava caldeiradas divinas muito do agrado do rei [...]».

Alberto Pimentel, nas suas «Chronicas de Viagem», de 1888, define o célebre padre, como orador sagrado, valsista, cantor e poeta, e conta delicado um almoço em Óbidos, onde o Padre António residia, na «única hospedaria» existente na vila.

O padre levantou-se cedo

para caçar duas perdizes para os convidados, mostrou-lhes as igrejas, falou com entusiasmo da história da vila medieval, e concluiu, apontando o horizonte: «[...] Olhe lá: Vê aquele azul, além? É a lagôa. Você já foi à Foz do Arelho? Pois eu vou amanhã para lá. Morro por aquillo; gosto de estar só na Foz. Façome pescador, e gosto! [...] eu na Foz sou selvagem: vivo na natureza [...]».

Apesar da sua lendária simplicidade, a amizade do rei, a voz de barítono e o verbo eloquente granjeiam-lhe enorme popularidade entre os poderosos da região, que não dispensam a sua presença nem a sua palavra nos eventos sociais, como o que vem relatado no semanário *O Círculo das Caldas*, de 10 de Junho de 1909: «[...] efectuou-se no domingo ultimo, no templo de Santa Maria, em Óbidos, um solemne Te-Deum em acção de graças pelo completo restabelecimento da menina Maria Adelaide da Gama, interessante filha do nosso pre-sado amigo e illustre deputado por este círculo, sr. Luiz Xavier da Gama. [...] Em seguida a esta solemnidade, foi oferecido na sala das sessões da camara municipal d'Obidos, pelo senhor Frederico Pinto Basto um bodo a 100 pobres, que constou de rações de bacalhau, pão e arroz e 50 reis em dinheiro. Antes do bodo discursou brillantemente o distinto orador sagrado rev. padre Antonio d'Almeida [...]».

No edição de 22 de Abril de 1928, a *Gazeta das Caldas* dá notícia do falecimento do Padre António, ocorrido no dia 16 de Abril, com uma citação do escritor espanhol Francisco Giner de los Rios: «[...] um escritor racionalista português disse ao Padre António da primeira vez que falou com ele - quem o conhece até se reconcilia com a Igreja Católica».

A morte do padre é notícia também no jornal *O Obidense* de 15 de Maio de 1928, que refere: «a idade de oitenta anos incompletos», e conta que esteve alguns anos nas Caldas «como capelão da irmandade do Santíssimo», tendo sido colocado em Óbidos, em 1884, como «capelão do Santuário do Senhor da Pedra».

Implantada a República, Óbidos é notícia frequente no jornal *O Mundo*, que na edição de 3 de Janeiro de 1911 acusa Luiz da Gama de conspirar numa farmácia da vila, onde alegadamente promove «reuniões de cacos», com vista a «[...] lançar as bases para a organização de um novo partido monarchico destinado a cavar as ruínas da Republica [...]».

Perspectiva diferente tem o semanário leiriense *O Radical*, que na edição de 27 de Julho do



Igreja do Senhor da Pedra, onde o padre António José d'Almeida exercia as funções de capelão (foto Inês Querido)

grandes conhecimentos, tendo uma bela voz de barítono [...]».

O jornal de Óbidos não esquece os dotes de caçador, nem a amizade régia: «[...] O sr. padre António, como geralmente era conhecido, era um caçador infatigável. Tinha umas pernas e uns pulmões de aço. Ninguém o queria acompanhar, porque ele cansava todos. O rei D. Carlos era amigo íntimo dele, era o seu companheiro nas caçadas que aqui vinha realizar e nas pescarias da lagoa [...]».

Finalmente, uma referência à pobreza do padre, por opção:

«[...] Podendo ter deixado uma fortuna, porque a ganhou, pela predicaria muito dinheiro, vivia desde há anos da generosidade do sr. Frederico Pinto Basto e de sua ex.ma esposa D. Emilia Pinheiro, que lhe tinham verdadeira afeição [...]. O seu cadáver ficou depositado no jazigo do sr. Frederico Pinto Basto, das Gaeiras, um grande amigo [...]».

Segue-se o elogio do finado, com destaque para a sua eloquência de orador: «Sempre que o círcio de Óbidos ia á Nazaré, era o padre António quem pregava o sermão da sua festa [...]»; e para o seu gosto pela música: «[...] Cultivava a música com

d'Almeida», uma curiosidade, acerca da identidade do acólito de uma missa: «[...] Por alma deste virtuoso sacerdote celebrou-se uma missa no dia 20 de Abril proximo findo, na egreja de S. Pedro, sendo celebrante o padre da mesma egreja, que teve por acólito o sr. dr. Marcelo Caetano, amigo do finado [...]».

Depois de ter sido amigo do rei D. Carlos, o Padre António tornara-se amigo de um jovem licenciado em direito, que se tornaria o último presidente do governo do Estado Novo, em vigor até 25 de Abril de 1974.

Apaixonado pela vila medieval, o jovem Marcelo Caetano enaltece-a na imortal nota introdutória ao «Óbidos - Guia do Visitante», de Luís de Freitas Garcia, escrita em 1929: «[...] Não é terra para se ver com curiosidade, é uma relíquia para se contemplar com amor; não quer grosseria de maneiras, mas delicadeza de gestos; não pede exclamações de espanto, mas sim murmúrios de ternura; numa palavra, não é para turistas, é para namorados.»

Também andou pela vila termal, como nos revela um curioso anúncio publicado na *Gazeta das Caldas* de 15 de Julho de 1928:

«Marcello Caetano Advogado. Escritório em Óbidos e nas Caldas. Consultas nas Caldas. Avenida Heróis da Grande Guerra, n.º 52 às 3.º, 5.º, Sábados e Domingos das 11 às 16 horas.»

Na sua crónica, depois de referir os amigos poderosos do padre António José d'Almeida, *O Obidense* fala dos pobres e dos gestos de grandeza como o que o levou à perfilhação «[...] ha catorze anos, duma creança, o pequeno Tiago, que seria mais um infeliz, abandonado, se não fora o gesto caritativo do bondoso sacerdote [...]», e conclui: «Que descance em paz quem neste mundo só praticou o bem.»

Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

NR - Por lapso esta crónica deveria ter antecedido a da semana passada, que estava destinada a ser a última dos Reportes da República. Por este erro, pedimos desculpa ao autor e aos nossos leitores.

PUB.

CAIXILHARIA DE ALUMÍNIO
José Luís Pimenta Filipe
Portas - Janelas - Marquises
Divisórias de Banheiras e Chuveiros, etc.
Rua do Compromisso, 33 Bairro dos Arneiros
2500 - 283 Caldas da Rainha
Tel: 262 831 055 - Telem.: 917 302 917
www.pimentaluminios.com (5786)

REPARA E CONSTRÓI
TODOS TRABALHOS CONSTRUÇÃO CIVIL
REMODELAÇÃO E RESTAURO
Telm: 912 386 827
E-mail: reparaeconstroi@gmail.com

MUDANÇAS
Fialho Silva Para todo o país
Desmontagem e montagem de móveis
E Embalamento
919 369 582 - 964 191 601
www.mudancasfialhosilva.com